



Anais da Assembléia

N. 022

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 19.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 1.988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e José Afonso Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (40). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: David Cheriegate e Lauro Lobo Alcântara (02). Achando-se em licença os seguintes Srs. Deputados: Antônio Amibelli, Caio Quintana, Cândido Bastos, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Iron-di Pugliesi, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Tadeu Lúcio Machado e Warner Wanderer (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação da Ata, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requero a chamada no-

nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

29 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Esta Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo pedido do Sr. Deputado Antônio Belinati.

(É procedida a verificação de votação)

(Aprovada a Ata)

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Estado do Paraná, criada pela Lei n.^o 6034, de 06 de novembro de 1969, e Decreto n.^o 18.110, de 28 de janeiro de 1970, entidade de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, vem através de seu dirigente máximo, Reitor JORGE BOUNASSAR FILHO, infra-assinado, devidamente autorizado pelo Conselho universitário da Instituição, requerer a Vossa Excelência, se digne determinar a abertura de COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, junto a esta Universidade, em face das razões que a seguir apresenta:

1.

Qualificada como Fundação de Direito Público consoante a lei de criação e na forma de seu Regimento e Estatuto, a Universidade Estadual de Londrina dispõe de mecanismos de controle para apurar, internamente, a regularidade de seus atos e procedimentos administrativos, quer na área acadêmica, administrativa ou financeira. Sobretudo, a Instituição é fiscalizada, externamente, pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

2.

De há algum tempo a esta parte uma série de acusações vêm sendo assacadas e veiculadas com insistência pela imprensa em geral contra a Instituição sobre vir-

tuais irregularidades praticadas em seu desempenho orgânico de caráter administrativo e financeiro;

3.

A tal ponto que passou a ser freqüente o encaminhamento de auditores com incumbência de processar reiterados levantamentos. Não obstante a direção solicite cópia das auditagens a fim de processar na forma da lei sua defesa, conforme assegura a Constituição Federal em seu artigo 153, § 15 (princípio da ampla defesa), todo acesso documental é negaciado;

4.

Dados pinçados das auditagens, são veiculados pela imprensa, inclusive fora do âmbito do Estado do Paraná, proclamando e.g. que a FUEL é instituição que possui 101 turmas com 1 aluno cada uma, entre outras inverdades;

5.

Demais disso, de forma subjacente transparece existir o propósito inconfesso em denegrir a Instituição ou em espicaçá-la, diuturnamente, turbando a marcha normal de seus trabalhos com decretos, ordens de serviço, resoluções e auditagens propostas pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Ensino Superior Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná;

6.

Nada obstante o caráter de plena autonomia que lhe é concedida pelas leis do País, a FUEL, a exemplo das demais IES do Estado, vem sendo atormentada, hodiernamente, com constantes ameaças de controle direto e frontal em sua autonomia, o que já sucedeu em quatro oportunidades. A última, é a Proposição que se encontra em trâmite junto a esse Egrégio Legislativo, com o propósito camuflado de uma intervenção rotulada de controle;

7.

Sobre ser esta situação de campanha abusiva, no que concerne ao desgaste da imagem da Instituição, destrutiva de valores maiores consagrados pelas leis fundamentais do País, e confiantes na sensibilidade política do Legislativo, acendradamente superior às questiúnculas e paixões de entrechoque, estabelecemos nosso pleito, na forma do Regimento dessa Egrégia Casa de Leis, pleiteando, outrossim, que se faça em amplitude a Comissão Parlamentar de Inquérito;

8.

O pleito da Comissão Parlamentar de Inquérito é fulcrado, principalmente, na elevada confiança que nos merece os ilus-

tres representantes do povo do Estado do Paraná, infensos aos problemas de caráter político localizado, os quais estamos certos, tanto quanto os dirigentes da FUEL querem a salvaguarda dos valores maiores de estabelecimentos educacionais, que não podem ficar à mercê de caprichos ou atos de emulação. Ademais, em sendo uma Comissão supra-partidária, encontra-se isenta e equidistante das paixões presentes e evidenciadas na campanha de desmoralização encetada.

Termos em que respeitosamente,
Pede e Espera Deferimento.

Londrina, aos 11 de abril de 1988.

(a) Prof. JORGE BOUNASSAR FILHO
Reitor da FUEL

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação às Proposições nº 07/88 e 08/88, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Apoiamento: NILTON BARBOSA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei nº 55/88, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 43/88), que objetiva alterar a redação do Art. 1º, da Lei nº 8592, de 28.10.87, acrescentando-lhe novos parágrafos, para redefinir a política de reajuste aos vencimentos do funcionalismo público estadual. A presente solicitação encontra fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER a inversão da pauta do Projeto de Lei nº 55/88, constante do nº 21 da Ordem do Dia, para que o mesmo seja o primeiro.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) ALGACI TÓLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Douto plenário, REQUER a reinclusão em Regime de Urgência, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 11/85, de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados à produção de álcool e das outras providências.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, a retirada e o conseqüente arquivamento do Projeto de Lei de sua autoria, sob o n° 206/87, que propõe a concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Roberto Marinho.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) JOSÉ FELINTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Parlamentar no exercício de suas atribuições constitucionais, REQUER, após a aprovação do Plenário, a retirada da Ordem do Dia por 10 sessões do Projeto de Lei 381/87, que declara de Utilidade Pública o Hospital Municipal de Mandirituba, período em que a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa apresentará um parecer fundamentado sobre as denúncias de desvios de recursos públicos formulados pelo presidente do Diretório Municipal do PMDB daquele Município contra aquela instituição, as quais já são de conhecimento da Comissão desde a data de 15.10 de 1987, oportunidade em que ouviu o denunciante. Além disso deverá a Comissão tomar conhecimento do relatório da sindicância realizada pela Secretaria Geral de Medicina do INAMPS, através do Dr. Lipso Chaves, e da ação própria ajuizada na Comarca de São José dos Pinhais, através do eminente Promotor de Justiça. Dr. Arthur Tramujas Neto.

Em anexo acompanha cópia "xerográfica" das denúncias a serem investigadas.

Sala das Sessões, em 12.04.88,

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos em 3ª Discussão constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela

Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Parlamentar no exercício de seu mandato, REQUER, após a aprovação do Plenário, a convocação dos Excelentíssimos Senhores Secretários de Estado das Finanças e da Administração para, em Plenário, fornecerem as explicações fundamentais necessárias a respeito da situação real em que se encontram as finanças públicas do Estado do Paraná, sobre o recolhimento do ICM e as reais condições de Caixa para pagamentos dos reajustes (URP) legais aos salários do funcionalismo público estadual, sem as quais qualquer decisão deste Poder, prejudicando as sacrificadas famílias dos trabalhadores públicos, será temerária e, em última instância, a abdicação das inalienáveis prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Libânio, ex-Prefeito do Município de Santa Cruz de Monte Castelo, dando-se ciência à família do extinto.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Paulo Libânio, cidadão eminente de Santa Cruz de Monte Castelo, foi colhido prematuramente pela morte. Seu passamento abre uma lacuna na vida social, política e administrativa/representativa daquele Município. Sua atividade como farmacêutico, ensinou-lhe ascendência social e desta decorreu a importância política que conquistou e que o elevou até a posição de Chefe do Executivo Municipal.

Como Prefeito, na gestão de 1977/1982, pôde realizar excelente trabalho, consolidando o justo respeito a ele devotado pelo povo de Santa Cruz do Monte Castelo que jamais o esquecerá. Por suas qualidades humanas, increveu para a posteridade seu nome na galeria histórica de Santa Cruz de Monte Castelo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca que este subscreve, solicita a inserção nos Anais da presente sessão de voto de congratulações e apreço à nova Mesa Administrativa

da Venerável Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, que foi solenemente empossada pela Assembléia dos Irmãos, na tarde do último dia 12 de abril.

A Mesa é assim composta:

Provedor: Dr. Ivo Arsua Pereira, Primeiro Vice-Provedor Dr. Mário Augusto de Queiroz, Segundo Vice-Provedor Dr. Félix do Rego Almeida, Terceiro Vice-Provedor Dr. Luiz Renato Mader, Primeiro Tesoureiro Dr. Américo Marques Dias, Segundo Tesoureiro Dr. Nestor Imtahn Bueno, Primeiro Escrivão Dr. Kurt Roberto Strobel, Segundo Escrivão Dr. Carlos Ernesto Calberg, Primeiro Procurador Dr. Alberto Garcez Duarte Filho, Segundo Procurador Dr. Jarbas Antunes. Conselho Fiscal: Dr. Clarindo Pegoraro, Dr. Carlos Batista, e Dr. João Alfredo Bley Zorning Filho. Suplentes: Cândido Gomes Chagas, Lelis Antonio Correa e Manoel Cordeiro Gomes Neto.

Ampliem-se estes votos de congratulações pela recente conquista da Santa Casa em instalar no Hospital de Caridade modernas enfermarias de 2 leitos, projetadas na mais avançada concepção de técnica hospitalar no recinto da explosão que, há alguns anos, atingiu o andar superior da cozinha - hoje transferida e remodelada. Tais enfermarias levaram o nome de Madre Maria dos Anjos (* 1887, em Chambery, e + 1959 em Curitiba), fundadora da Santa Casa de Ponta Grossa, alma do Asilo São Luiz, diretora das Santas Casas de Castro, Paranaguá, Curitiba, Lapa, e do Lazareto da Ilha das Cobras de Paranaguá; além de chefe da equipe de enfermagem que atendia os operários na construção da estrada Curitiba - Rio Negro, nos idos do início deste século e de chefe da equipe de emergência que amparou as vítimas da gravíssima epidemia de gripe espanhola que se abateu sobre o Paraná em 1918.

Ampliem-se ainda os mesmos votos pela inauguração e entrega à comunidade hospitalar de um moderno Centro de Computação e Processamento de Dados, batizado com o nome do antigo e honrado provedor Dr. Mário Augusto de Queiroz, o que permitirá que os recursos da informática sirvam ao Hospital de Caridade e aos Hospitais Psiquiátricos, e à população carente do Estado e do País.

Renovem-se as manifestações de apreço desta Assembléia aos médicos de todas as gerações, que, ao lado das Irmãs de São José, assistem naquele endereço de solidariedade humana. Eles bem representados - médicos e irmãs - na dimensão moral do Presidente da Assembléia dos Irmãos da Misericórdia, Dr. Átila Rocha, e na pessoa do Diretor Clínico, Dr. Divonei Viana de Oliveira.

Renovem-se os votos desta Assembléia, enquanto Casa do Povo, pela prosperidade

financeira da Santa Casa, resgatadas as dívidas decorrentes da explosão, e superados os empecilhos da terrível situação econômica do País.

Possa a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba avançar no sentido da construção de um Novo Hospital - complementar do existente - nos imóveis legados pelas antigas gerações na avenida Marechal Floriano, junto à chácara do Hospital Nossa Senhora da Luz e do Hospital Dom Alberto Gonçalves.

Esta Santa Casa do ano 2000, marcará na Cidade, a entrada no novo século, com o mesmo espírito de Misericórdia com que, no século XIX, e no século XX, animaram-se benfeitores da envergadura do Dr. Muricy, da Baronesa de Cerro Azul, do Provedor André de Barros, da Madre Maria dos Anjos, do Dr. David Carneiro (coronel, pai do historiador que tanto nos honra), do Professor Lysimaco Costa, do dr. Mário Braga de Abreu, da Madre Maria dos Anjos, e de tantos outros.

Possa esta mesma Irmandade, - que trás em seu brasão o coração misericordioso encimado pela Cruz de Cristo -, preocupar-se em atender os doentes vítimas do flagelo moderno conhecido como AIDS, isto é Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida, fazendo uma ala de isolamento, capaz de, com a mesma energia que Madre Maria dos Anjos atendia as vítimas da gripe espanhola, cumprir o evangelho quando lá se lê: "Nisto conhecerão que sois os meus discípulos ... a ninguém despedireis de mãos vazias ...". Tal consideração fazemos a pedido de família de doente vítima de AIDS, já falecido, que encontrou seriíssimas dificuldades de internamento terminal em Curitiba, há poucos dias.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

de inserção nos anais de voto de congratulações e apreço a Senhora autora Dona Maria José Franco Ferreira da Costa, à Imprensa da Universidade Federal do Paraná, e ao Magnífico Reitor Riad Salamuni, pela publicação do livro "A Dimensão de um Homem - Lysimaco Ferreira da Costa - "O EDUCADOR" no final de 1987, e pelo seu recente lançamento público, nos festejos de 75 anos da nossa primeira Universidade. Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, pede ao Egrégio Plenário, se digne a inserir nos Anais desta Assembléia, memória e menção elogiosa - na forma de voto de congratulações e apreço - à autora Dona Maria José Franco Ferreira da Costa, e aos editores da Imprensa da Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Magnífico Reitor, pela publicação do

livro biográfico e de memórias da vida do professor Lysimaco Ferreira da Costa (1883-1941), insigne paranaense, curitibano da chácara do Alto da Glória, educador e reformador da Educação.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Não há porque negar a evidente necessidade da memória.

Num tempo em que o Instituto de Educação do Paraná comemora seus 112 anos, com aulas suspensas até o dia 20, e luz elétrica cortada - por desleixo nos necessários reparos para manter em segurança o calendário escolar; num tempo em que as verbas com Educação são sistematicamente preteridas nas votações legislativas de todo o País, e as trevas da superficialidade e da ignorância triunfam entre o povo, oprimido pela pobreza, e condenado pela falta de oportunidades, pela falta de acesso aos horizontes do saber, o livro da Senhora Maria José Franco Ferreira da Costa, propõe aos paranaenses as lições do mestre da Escola Normal que brilhou no cenário político do Estado e do País com o lema:

"SEMPRE EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO SEMPRE".

Há que valorizar tais lições, luminosas lições do catedrático de Ensino Superior, Técnico e Secundário, que, nas palavras da poetisa Helena Kolody, "- com o largo descortino de sua mente arejada e culta, levantou proposições pioneiras em diversas áreas, sendo por excelência um pedagogo. Dotado de inteligência superior, aberta a todas as luzes do saber, e de caráter austero, alicerçado em sólida formação cristã, o Dr. Lysimaco assinalou seu tempo com o timbre de seu vasto conhecimento -".

Há que valorizar o pioneirismo do professor que introduziu os jardins de infância no Paraná, e trouxe para cá o método pedagógico da professora Montessori, revolucionário e ainda hoje em uso em diversos colégios, como, por exemplo, o Sion de Curitiba.

Há que valorizar o empenho da Universidade em reforçar sua identidade alinhando em sua estante paranaense, publicações capazes de provocar nos professores e alunos de hoje o senso cívico e patriótico de buscar a melhoria do País e da vida.

Tudo se resume num verso de Dona Helena Kolody, a lírica paranaense que todos amamos, essência deste livro que é mais do que um preito de amor filial - também meritório -:

Deus deu a todos os homens uma estrela. Uns fazem dela o sol, outros só fazem escondê-la.

Lysimaco brilhou, e Maria José Franco Ferreira da Costa, brilha agora pela com-

pilação de sua memória.

Oxalá, tais luzes ajudem-nos a derrotar a ignorância e toda a servidão dela decorrente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subcreve pede o registro na memória legislativa do Paraná de votos de congratulações e apreço à Sociedade União Juventus, à Associação Fryderyk Chopin, e à Universidade Federal do Paraná, pela realização, com oportuno apoio financeiro do Banco Bamerindus, de 26 a 29 de abril vindouros, do I Simpósio Cultural Brasil Polônia, forma inteligente que o Presidente Anísio Olesky e seus Pares de diretoria encontraram para comemorar além da simples menção da efeméride os 90 anos da Sociedade Polonesa Brasileira União Juventus de Curitiba.

O simpósio será composto das mesas-redondas: "Conjuntura Imigratória Polonesa", "Contribuição dos Imigrantes para a Formação e desenvolvimento do Brasil", "Situação atual da etnia no Brasil, na versão brasileira", "Depoimento Vivos de Imigrantes e descendentes sobre suas experiências de vida". Contará com a presença insigne do Embaixador da Polônia no Brasil Jozef Klasa, do Reitor da Missão Católica Polonesa no Brasil, Padre Benedykt Grymkowski, do Historiador Rui Waschowicz, e de outros insígnies estudiosos da imigração. O Vereador José Gorski, do PDT de Curitiba, falará sobre "As Escolas Pioneiras", o Bispo Auxiliar Dom Ladislau Biernarski, sobre a "Igreja e os Imigrantes hoje, no Brasil", o Senhor Miguel Kosienski sobre a "Filologia da Carroça", o Senhor Arlindo Drusacz sobre "O bilingüismo em Araucária", e os irmãos Henrique (de Curitiba) e Milena Morozowicz, sobre a contribuição memorável de seu pai "Tadeusz Morozowicz para a cultura do Paraná, com a primeira escola de dança do Estado. Haverá ainda outros painéis, todos merecedores de registro e memória.

Assim, ampliamos nosso requerimento pedindo ao Secretário de Estado da Educação, Professor René Ariel Dotti, que se associe às comemorações determinando ao Museu de Imagem e do Som do Paraná a coleta de material durante o Simpósio. Afinal, são 310 mil os poloneses de Curitiba e 800 mil os do Paraná, todos cidadãos merecedores de apreço.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações pela passagem, nesta data do "Dia do Obstetris".

Desnecessário falar da insofismável importância da atuação prol das obstetris nas sociedades, considerando a relevância dos cuidados e da assistência que devem ser dispensados às gestantes e aos recém-nascidos.

Apesar dessa singular importância, atualmente, a responsabilidade com que arcam as obstetris, quando do exercício profissional, não é devidamente recompensada, principalmente pela ausência de uma consciência coletiva quanto ao trabalho e a ação da obstetris dentro da comunidade.

Que seja dada ciência, dessa humilde homenagem do Poder Legislativo do Paraná, as homenageadas nesta data:

- Setor de Obstetris dos Hospitais Evangélico, de Clínicas, Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima; Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças; Hospital e Maternidade Santa Cruz; Hospital Modelo de Curitiba; Hospital e Maternidade Santa Brígida e Maternidade Curitiba.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, um voto congratulatório à COCAMAR - Cooperativa dos Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá, que ao comemorar 25 anos de fundação, mostra a pujança e a força que consiste na somatória de esforços de seus cooperados.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à referida instituição, na pessoa de seu presidente Oswaldo de Moraes Correa.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações ao jornal "Paraná Oeste" de Cascavel, edição desta semana (12 a 18.04.88) pela publicação do artigo "Negras: A Realidade Transparente", assinado pela Senhora Antônia José dos Santos, que retrata a infeliz mentalidade do povo brasileiro em relação cultura negra no Brasil.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa ao Senhor João Milanez - Diretor Presidente do referido Jornal.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER se oficie ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando esclarecimentos detalhados sobre todas as circunstâncias que envolvem a concorrência pública para a construção da usina de Segredo, desde os critérios adotados para fixação dos valores máximos até as razões que levaram à anulação da concorrência em questão, assim como eventuais alternativas para a construção da aludida usina.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

JUSTIFICATIVA:

Todo o Paraná vem acompanhando com preocupação e interesse os noticiários da imprensa sobre a concorrência pública para execução das obras da usina hidrelétrica de Segredo. A anulação da concorrência, pela COPEL, sob a alegação de que as empresas participantes não obedeceram o valor limite estabelecido, vem sendo contestada, inclusive com recursos na Justiça.

As somas em jogo são de grande vulto, envolvendo recursos internos e externos, num total de 886 milhões de dólares.

Esta Assembléia, acompanha os acontecimentos apenas pela imprensa, pois faltam quaisquer informações ou dados oficiais, não obstante tenha dado a necessária autorização para obtenção dos empréstimos indispensáveis à obra.

Impõe-se, pois, que esta Casa seja informada em caráter oficial e não apenas pelo noticiário jornalístico, acerca dos fatos. E isso porque é dever do legislador acompanhar os atos do Executivo, fiscalizando-os sempre.

Assim, sem que se pretenda, a priori, levantar qualquer dúvida ou suspeita, é necessário que o governo proporcione à Assembléia Legislativa ampla e total informação acerca dos procedimentos administrativos adotados, pois só assim terá o Poder Legislativo condições de bem exercer o seu mister de órgão fiscalizador e não apenas homologador das decisões do Executivo.

Afinal, os fatos aí estão. Decisões administrativas estão sendo tomadas. Grandes grupos empresariais se manifestam, contestando algumas delas. A Justiça é chamada a intervir. A comunidade se alarma. E o Legislativo, como fica? Apenas de braços cruzados, apreciando? Embora talvez seja essa uma posição cômoda, não é, por certo a mais correta. Muito menos, a que mais interessa aos paranaenses, preocupa-

dos e desejosos de que tudo se faça às claras e obedecendo, de todas as formas, os ditames da lei e do interesse público.

Daí, a razão do presente requerimento, solicitando do Excelentíssimo Senhor Chefe do Poder Executivo os necessários esclarecimentos. Esclarecimentos que precisem chegar a esta Casa com a urgência possível, a fim de que os Senhores Deputados, de todos os Partidos, tenham condições de analisar as razões e os argumentos oficiais, para uma tomada de posição.

Por isso, a convicção de que, aprovando o presente requerimento, estaremos, todos, prestando um grande serviço ao Paraná e ao próprio Governo do Estado, interessado maior em comprovar, na prática, a transparência que proclama, relativamente a seus atos.

Apoio: Alexandre Ceranto, João Arruda e Antônio Costenaro Neto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que sejam medidos esforços, para o reinício às obras da ferrovia de Cianorte a Guaíra.

REQUER, ainda, que se dê ciência aos Excelentíssimos Presidentes das Câmaras Municipais da Cidade Gaúcha, Indianópolis, Iporã e Xambrê, e ao ilustre Presidente da ACAMRIOS - Associação de Câmaras Municipais da Microrregião Onze, Vereador Felisberto Ferreira de Andrade. (Rua Des. Munhoz de Mello, 5.400, sala 04, Umuarama-PR).

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação apresentada trata de um projeto definido há muitos anos, foi doravante esquecido pelos governos anteriores, não sabedores talvez, do progresso e da importância desta vasta região noroeste do Estado e, vem ao encontro dos anseios da população desta região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação do curso secundário propedêutico no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

A criação do referido curso se faz necessário uma vez que, todos os anos, muitos estudantes vão em busca de cursos que os preparem para o vestibular em outras cidades de maior porte, trazendo com isto despesas de relevantes proporções às suas famílias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Fernando Xavier Ferreira, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a intercessão daquela Presidência junto à Direção da TELEPAR, em Ponta Grossa, no sentido de adotar medidas que viabilizem, com a brevidade que o caso está a requerer, a instalação dos Postos de Serviço Telefônico de Colônia Augusta Vitória, Sapé, Lageado Seco e Monjolinho, no Município de Ortigueira, previstos para o mês de março próximo-passado, objeto de reivindicação anteriormente formulada por este Parlamentar, e até então não executada.

A presente moção está calcada nos constantes apelos providos daquela comunidade, nas pessoas dos seus representantes, Senhor Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores e demais autoridades locais, os quais, imbuídos do melhor propósito, afirmam em expediente sob n° 077/88, de março próximo passado que, "tantos os interesses da comunidade como os da Administração Pública, não podem ficar no aguardo de uma solução tão demorada, para um serviço público do mais alto interesse das populações interioranas, que não dispõem de nenhuma outra forma de comunicação com a sede do Município com suas autoridades e/ou serviços.

Assim, somando esforços àquela justa reivindicação, vem o Parlamentar encarecer providências que venham, efetivamente, solucionar a questão enfocada.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Banco Central do Brasil, no sentido de que seja cumprida, pelos demais agentes financeiros, a Resolução n° 1431 de 15.12.87.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Resolução do Banco Central do Brasil, permite que os agropecuaristas que

contrataram financiamento pelas carteiras de créditos comerciais dos agentes financeiros, mas que utilizaram tais recursos em atividades rurais, que os mesmos possam renegociar, suas dívidas com os respectivos bancos, obtendo prazos de até 4 anos, com 1 de carência para quitar seus débitos.

Como os agentes financeiros não estão atendendo os produtores (com tais renegociações) que tiveram problemas de frustrações de safras e queda de preços, e que se encontram endividados, mister se faz necessário que urgentes medidas sejam tomadas pelas autoridades competentes, com o objetivo de que se evite a falência de grande número de pequenos e médios produtores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Banco do Brasil S/A, no sentido de que seja ampliado o número de funcionários daquele estabelecimento de crédito, junto à agência de Contenda - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A agência do Banco do Brasil S/A, de Contenda -PR, assumiu, recentemente, algumas atribuições que antes eram da competência da agência do Banco do Brasil S/A localizada no Município da Lapa neste Estado. Além destas novas responsabilidades, que aliadas aos problemas de atendimento normal do Banco e também do grande número de PROAGROS solicitados, a agência de Contenda ficou sobrecarregada de trabalho, não dando conta mais de atender, em tempo hábil, tudo o que lhe é afeta.

Como os produtores de batata, na sua maioria, não receberam liberação do crédito de custeio, solicitado junto ao Banco do Brasil S/A - embora tenham efetuado o plantio de suas lavouras - mediante o fornecimento de insumos, através das firmas comerciais, estão eles agora, sendo mandados à cartório, por falta de pagamento dos citados insumos.

A situação só se normalizará, com o aumento do número de funcionários da agência de Contenda, e por sua vez darão andamento na parte administrativa do banco e liberarão os financiamentos de custeio, possibilitando aos produtores pagar os insumos adquiridos e conseqüentemente evitar os protestos.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Ao Secretário de Educação de instalação de um curso de en-

sino de 2º grau no Pinheirinho, em Curitiba, nas proximidades da Escola Municipal Piratini (pode ser na própria), ou na capela Nossa Senhora Aparecida de Piratini, à Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, nas proximidades da rua Nicola Pelanda, conforme apelo do povo, em anexo na forma de abaixo assinado com 300 assinaturas, que esta Casa do Povo deve honrar.

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, no exercício de seu mandato de representante do povo, pede à Assembléia, seja enviado ao Secretário de Estado da Educação do Governo Álvaro Dias, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, pedido de urgente implantação - após estudos de viabilidade -, na forma de convênio com a Prefeitura, ou com a comunidade Católica local, do curso de 2º grau noturno, no bairro periférico do Pinheirinho, no conjunto Piratini, para atender às moças e rapazes que, tentando aumentar a renda familiar minguada, trabalham de dia, e atualmente estão sujeitos a grande sacrifício, e à opressão da violência urbana e do transporte coletivo mau gerenciado, pela inexistência de uma escola noturna perto de suas casas, numa das regiões mais carentes da nossa Capital.

Sala das Sessões, em 12.04.88.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Artigos 137 e 142 da Constituição do Estado, sobre o direito de todos à educação e a oportunidade igual para todos na matéria, e sobre a gratuidade do ensino fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

Declina.

Havendo declinado, o segundo orador inscrito, é o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, a quem concedemos a palavra.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Lê): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Chego confiante a esta tribuna para a saudação inaugural às Senhoras e Senhores Deputados, como Líder na Bancada do meu Partido, PMDB.

Confiante porque recebi a confiança de todos os companheiros de Bancada, os quais com generosidade impar confiaram no meu desempenho e deram o bastão da coordenação dos interesses e expectativas de 37 representantes do povo nesta Casa de Leis.

Confiante porque a escolha foi prestigiada pelo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, pela direção do meu Partido e pelos principais dirigentes políticos da nossa agremiação.

Mas, parafraseando o imortal Tancredo Neves, diria que vejo essa confiança com êxtase e com terror.

Êxtase pelo fato de ter galgado um degrau em minha carreira política, objetivo humano de todo ser que se dedica ao serviço dos seus semelhantes no serviço do Estado.

Terror, dada a imensa responsabilidade que, num repente vejo recair sobre meus ombros que considero ainda jovens.

A primeira delas, a de substituir nesta tribuna aquela vocação de Líder natural e de conciliador hábil que é o Deputado Caíto Quintana, Eminentíssimo Líder que me antecedeu à frente da Bancada.

Outra, sem dúvida também gigantesca, de tornar-me o porta-voz de uma representação parlamentar aguerrida, temperada nas lutas de 20 anos contra o arbítrio e sagrada majoritária nesta Casa pela manifestação soberana do povo do Paraná.

Será meu desafio pessoal e procurarei ombrear-me a ele, com dedicação, com trabalho, mas sobretudo, com a generosa compreensão dos meus companheiros de Bancada e demais Senhores Deputados.

Dirijo-me em especial aos Senhores Líderes das demais Bancadas, para dizer que me empenharei em exercer a Liderança do PMDB dentro dos mais elevados padrões de civilidade parlamentar que honram a tradição centenária desta Assembléia.

Tenho certeza que receberei, junto com meus companheiros de partido, tratamento igual; empenhados que estamos todos juntos em assegurar para este parlamento a foro de elevada dignidade de templo da democracia representativa.

Juntos, todos nós, haveremos de corresponder à esperança do povo do Paraná, em sua marcha para um futuro melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem ocupei esta Tribuna, para tecer algumas considerações, a respeito da segurança, ou melhor, a respeito da insegurança do povo curitibano, como do resto do Paraná, pelo desserviço, que o grupo de rebeldes está fazendo na Polícia Civil, criando 2 grupos dentro da mesma instituição, e onde lamentavelmente, nós não vemos o pulso firme de Sua Excelência o Governador para dar um murro na mesa e chamar às

falas o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, e o Diretor da Polícia Civil.

E como uma coisa tem a ver com a outra, hoje venho a esta tribuna, também para pedir a Sua Excelência o Governador, um outro murro na mesa, que é com relação à outra pasta importantíssima de um Governo, que é a Secretaria de Estado da Justiça, hoje, graças a Deus, entregue às mãos de um homem competente, de um homem do povo, que é o Procurador o Doutor Luiz Chemim Guimarães.

Mas acontece, que, por erros que ocorreram, e que ainda continuam acontecendo, e que precisa mais rapidamente possível o Doutor Luiz Chemim Guimarães, tomar as providências, porque senão o Estado do Paraná, se já não está falido vai falir, porque em apenas 15 dias, a Justiça condenou o Estado do Paraná, a pagar vultosas importâncias em consequência de alguns incompetentes, alguns irresponsáveis e até corruptos que estiveram à frente desta pasta, de Departamentos e de órgãos da Secretaria de Estado da Justiça.

Vejam que a fuga, que a evasão da colônia penal para quem não sabe, não tem muros, o muro é a consciência de cada um dos presos que ali estão, então a coisa realmente fica difícil.

Não acontecem fugas, o que acontece são evasões pela facilidade que se tem de sair de lá, é como se sair do porão da nossa casa. E se a gente volta, ou não volta, é outro problema.

E o que acontece? Os bandidos saem vão assaltar, matar, vão roubar, tudo em nome do Estado, porque o preso uma vez condenado pela justiça, é responsabilidade do Estado.

Houve uma sequência de assaltos, assalto a que foi vítima a família Gioko aqui em Curitiba, assalto a que foi vítima o empresário Magnus Kaminski, e estes 2 assaltos praticados por evadidos da Colônia Penal, por elementos implantados erroneamente, por irresponsáveis pela Pasta da Coordenadoria do Sistema Penitenciário. Aliás, por ter feito uma crítica a isto, por ter recebido e feito menção a uma Carta de um Presidiário, que apontava as falhas, as irregularidades, a corrupção do sistema penitenciário, eu estou até hoje pagando por um processo na Justiça.

Agora, será que eu estava errado? Será que o preso que passou as informações numa carta anônima estava errado Senhores Deputados? Será que o preso estava errado? Será que eu estava errado em mencionar o recebimento da carta? Eu acho que não. Porque senão, uma juíza não teria dado um parecer num processo, condenando o Estado do Paraná a pagar a família Gioko, uma importância de, aproximadamente 2 milhões de

cruzados. Senão, o juiz também não estaria errado, por ter dado um parecer dizendo que o empresário ganha a ação contra o Estado. A indenização requerida é de 89 milhões de cruzados, acrescida de juros e correção monetária, que poderá chegar à casa dos 200 milhões de cruzados. Será que eu estava errado; será que estava errado o preso ao me passar as informações, ou será que estavam certos aqueles que comandavam o sistema penitenciário?

Há que se fazer imediatamente uma reestruturação porque nós paranaenses, o povo do Paraná que paga os seus impostos, não podemos pagar por erros cometidos por incompetentes que estavam à frente desses órgãos na Secretaria de Estado da Justiça.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério, no Grande Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O grande cidadão brasileiro e cronista do dia-a-dia, Antonio Maria, criou um conceito que se popularizou: "Brasileiro-Profissão Esperança".

Imaginava ele, alguém preenchendo uma petição, ou fazendo uma ficha de burocracia onde se devam explicitar nacionalidade e profissão. Eu pergunto como Antonio Maria daria sua ficha hoje? Brasileiro-Profissão - Angústia". A Esperança e o otimismo brasileiro vão de todo, levado pelas circunstâncias que maltratam a cidadania. Fala-se hoje, em crise. Qual crise devemos combater? Não se identifica, porque é uma crise difusa. Passa pela nossa casa, pelo nosso orçamento, pelas ruas na violência, passeia na inautenticidade das representações políticas, ou na ineficácia das decisões judiciais.

A crise brasileira é de autoridade, definem alguns. A crise brasileira é moral, respondem outros. Conciliando, vamos somar as duas vertentes. A crise brasileira é de autoridade e de moral. O descrédito das instituições, por falta de moral, conduziu à falência da autoridade. Não se pode parar um País, congelar a Nação e começar tudo de novo. A recuperação da esperança - vejam quanto é pouco - é um processo lento, começando pela recuperação da moral e autoridade das entidades governantes.

Um quadro assim: todo aquele que contribua para ainda mais desmoralizar as instituições, comete ato de desamor aos brasileiros, de impatriotismo, de subversão dos valores que precisamos recuperar. Ato de ignorância, de cegueira histórica para a gravidade do momento vivido neste Brasil desorganizado.

Nós não chegaríamos, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, aos excessos cometidos ontem aqui nesta Tribuna, ao meu querido e nobre amigo Rafael Greca, que, repito, é um dos mais brilhantes oradores que conheci na vida parlamentar. Repito novamente seu estilo trepidante, alegre, irônico e até charmoso.

Mas ontem, a pretexto de condenar a violência que verificamos hoje não só em Curitiba, mas em todo o País, principalmente no Rio de Janeiro, do ex-Governador do seu querido partido Leonel Brizola, que institucionalizou a violência naquele Estado.

Nós não cometeríamos o excesso de culpar o Governador do Estado por um crime, embora lamentável, triste e repugnante, mas como tantos crimes são cometidos em todo esse País, não podemos responsabilizar um Governador por um fato isolado dessa natureza. Não podemos dizer também que estão manchadas de sangue as portas deste Poder e as portas do Palácio Iguazu. Mas, cabe, tanto na argumentação de Sua Excelência quanto na do nobre Deputado Algaci Túlio, uma boa dose de razão e de verdade. É o que acontece hoje com os nossos Delegados de Polícia, quando rebaixam sua postura ante a sociedade, fantasiando-se de moralistas, e pretendem na realidade, através de meios de pressão, exigir melhor remuneração pessoal.

O Sr. Rafael Greca- Deputado, me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Com todo o prazer.

Só gostaria de complementar este raciocínio, e já darei o aparte a Vossa Excelência, que muito me honra.

Dois erros somados não resultam num acerto. A reivindicação remuneratória dos Delegados pode ser correta e deve ser correta. Errada então estaria a sociedade em não pagar melhor os agentes da lei. A bem da verdade no Brasil dessa inflação louca, ninguém assalariado se diz satisfeito com a remuneração que percebe. O dinheiro do brasileiro derrete-se nos bolsos do cidadão enquanto eles dormem. O erro dos Delegados reivindicando por meios transversos, o que considero justo, somado ao erro social de remunerar mal os agentes da lei, resultam num erro maior, o descrédito maior e descomunal até de todos em todas as instituições.

Eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Erondy Silvério, eu temo que a minha exaltação na tarde de ontem, exaltação essa talvez

provocada pela forte emoção da perda do nosso amigo, proprietário do Bazar Tira-dentes, e cidadão e contribuinte do ICM, desta Cidade, tenha de uma certa forma mascarado o fio principal do meu raciocínio.

O meu discurso de ontem não culpava a pessoa do Senhor Governador, mesmo porque quem sou eu para lhe imputar culpas que, com certeza, lhe dará o julgamento eterno, se ele não se comportar na sua vida terrena. Não me fazia eu juiz pessoal da consciência e da alma do Senhor Governador. No entanto, culpava eu o que posso depreender porque já que não confesso o Senhor Governador e não sei o que vai na sua alma, só posso depreender da televisão que ligo na minha casa e que me traz o anúncio assinado com o nome honrado do Senhor Governador, onde uma senhora de origem polonesa e de sotaque polonês...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência não é racista, não?

O Sr. Rafael Greca - De maneira nenhuma, pelo contrário, tenho a maior admiração pelos 800 mil poloneses do Paraná. Mas esta senhora diz, com toda a propriedade e com todas as letras, que agora já se pode sair à noite, no Paraná; que agora nós temos segurança pública. Chamava eu, de mentiroso, este anúncio; longe de mim chamar de culpado, pela morte do Senhor Arnaldo Gedanken, o Governador do Estado, de maneira nenhuma.

Outra coisa, claro que quem assina um documento no caso, um vídeo de responsabilidade do Palácio Iguazu, é um documento na moderna concepção dos documentos, deve ser responsabilizado pelo teor deste documento.

Outra coisa, assinamos nós, os Deputados, a maioria dos Deputados, o orçamento de Segurança Pública, que contemplou só com 3,4% do orçamento a segurança pública. E temos visto, todos nós, a contínua insegurança que está sendo semeada no Paraná, é claro que nenhum Governador é culpado pela insegurança do seu tempo. Não quero eu cair na injustiça da imprensa, da grande imprensa do Rio de Janeiro, que dava ao Governador Leonel Brizola no seu tempo, a culpa de todos os crimes, dos morros miseráveis do Rio de Janeiro, mesmo porque, no último final de semana morreram 40 pessoas no Rio de Janeiro, e ao que saiba o Senhor Leonel Brizola está distante do Poder há longo tempo. E salvo prova em contrário, que daí pode ser objeto de um inquérito policial, eu acho que o apartamento do Governador Leonel Brizola, na avenida Atlântica, que o mesmo herdou do Doutor João Goulart e a Vieira Souto ainda não era a moradia dos grandes da República àquele

tempo. Mas eu acho que o apartamento do Governador Leonel Brizola, não é a central de crimes que se espalha e se ramifica por todo o Rio de Janeiro. Acho mais, que a raiz de todos esses crimes está na miséria, e na injustiça, que sem hipocrisia, com moderação e com solicitude nós devemos procurar combater. Agora uma coisa é inegável, meu preclaro amigo Deputado Erondy Silvério, hoje nós estamos no Paraná, sobre o império da chantagem, da chantagem da Polícia. Por quê?

Porque o Governo do Estado começou com aquela história de liberar o jogo do bicho para canalizar o dinheiro para fins mais nobres, começou a tentar o papel do "Robin Hood", no entanto, ainda, o Robin Hood é fora da lei". Eu gostaria inclusive que o Deputado José Felinto, que ontem tanto se ofendeu, porque eu disse que o Governador fazia o papel da "rainha má da Branca de Neve", porque a televisão mostrava uma realidade, que não era realidade, e assim a televisão anda funcionando aqui no Paraná, como uma espécie de "espelho meu", aquele espelho que dizia para a rainha que ela era virtuosa e bonita, coisa que ela não era. Eu gostaria que hoje ele fosse dizer ao governador, que eu o chamei de "Robin Hood", quer dizer, o ingênuo personagem que pensou ser possível passar a vida roubando dos ricos para dar aos pobres. Os ricos hoje são outros, são os bicheiros, mas nós ficando fora do império da lei, caímos no perigoso império da chantagem, que dá aos policiais a possibilidade de cumprirem a lei para desagradarem à sociedade. Que tal se nós todos mudarmos estas leis e derrubarmos os deuses de hipocrisia, vez por todas.

Era isso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e antes de dar o aparte ao nobre Deputado Dirceu Marfrinato, eu não concordo com a postura do nobre Deputado Rafael Greca, com relação a mensagem de fim de ano do Senhor Governador do Estado. O que é que um Governador de um Estado deve contar ao seu povo?

Ele deve lançar ao ar, adentrar todos os lares, por ocasião de festejos natalinos, com uma mensagem pessimista ou com uma que infunda ânimo à população, para que o Paraná possa superar esses episódios, inclusive o da violência, que Vossa Excelência reconhece que não é culpa do Governador Leonel Brizola, nem do Álvaro Dias, nem do Orestes Quércia, mas é fruto da miséria e da injustiça nesse País. Eu acho correta a postura do Governador do Estado, ao difundir aos 4 cantos do Estado, uma mensagem, seja através de uma polonesa, de uma chinesa ou de uma negra,

mas uma mensagem de fé, de otimismo e de esperança de um futuro melhor para o Paraná. Aí eu discordo da postura do nobre Deputado.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço Vossa Excelência pelo aparte e ao mesmo tempo, ao ver estas carpetes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mais vermelhos do que ontem, talvez sejam fruto do lamaçal de sangue derramado pelas palavras do Deputado Rafael Greca, que condenava ontem o Governador Álvaro Dias responsabilizando-o pelo assassinato ocorrido no domingo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas hoje Sua Excelência o Deputado Rafael Greca explicou à Casa que ele havia perdido um amigo e que no estado emocional efetivamente não era esse o sentido do seu discurso.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Estado emocional eu entendo, reconheço isso, mas quando temos a responsabilidade num Parlamento de seriedade, de trazer ao Paraná os compromissos e a responsabilidade, nós temos que dividir os momentos sentimentais com a seriedade e a responsabilidade.

Ilustre Deputado Erondy Silvério uma vez que represento neste Parlamento o Governo do Paraná me cabe, no dever de cobrar as responsabilidades também, não só o fato de defender, mas não cabe a nós permitirmos calúnias e injustiças que não são reais, uma vez que ontem dizia que um dos estados brasileiros em que mais houve assassinato, o que teve o maior índice de banditismo foi o Rio de Janeiro, e para tranquilidade de ilustre Deputado Rafael Greca na "Folha do Estado de São Paulo" do dia 10 de abril na sua página 2 traz na íntegra sobre o Estado do Rio de Janeiro: "Bandidos fazem governo paralelo nas favelas".

E aqui existe inclusive envolvimento do ex-Governador do Rio de Janeiro o Senhor Leonel Brizola, a quem o ilustre Deputado Rafael Greca defende nesse Parlamento. E aqui no Paraná é o inverso, quando o governo procura combater a corrupção e as injustiças procurando ampliar as delegacias de polícia do interior e da Capital, procurando oferecer aos injustiçados uma melhor condição de vida nesse Estado, é injustificado indevidamente.

Eu pedirei, ilustre Deputado Erondy Silvério, amanhã na Assembléia Legislativa, na sessão de amanhã, para que seja transcrito nos Anais desse Poder Legislativo esse artigo do Rio de Janeiro para termos a oportunidade junto com Vossa Excelência, junto com o Deputado Rafael Gre-

ca, fazermos um comparativo do que foi o Rio de Janeiro governado pelo PDT e hoje o Paraná governado pelo governador Álvaro Dias, do PMDB.

Muito obrigado!

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência. Prosseguindo Senhor Presidente e nobre Senhores Deputados; a crise de credibilidade é geral, dela não escapam os políticos, esse Poder, o Judiciário, a Imprensa, ou a própria Igreja. Isso não sou eu quem afirma, isso é demonstrado em pesquisas de opinião pública, pesquisas sérias, pesquisas que não são dirigidas como as que temos visto aí, de origem política partidária que são pesquisas dirigidas, essa é uma pesquisa séria e aponta o descrédito do povo brasileiro contra as instituições.

O que não pode é que pessoas envolvidas nesse descrédito, a opinião pública tem carradas de razões para descrever da organização policial, quando tudo está desorganizado, contribuem para ampliar a angústia. A violência é um fenômeno apavorante pelo tanto que cresce a cada dia. Hoje em Curitiba garotos assaltam garotos. Uma senhora idosa e bem vestida será seguramente trombada em uma de nossas ruas. Os criminosos perigosos fogem dos presídios quando querem. Afirmou há poucos instantes aqui o Deputado Algaci Túlio, os poucos condenados pela Justiça continuam nas ruas.

O problema do menor carente, e é aí que eu acho que está o grande X da questão, mostra a todos nós o celeiro de criminosos que serão as gerações futuras.

Nossa polícia como instrumento de segurança pública, já é uma instituição de imenso descrédito, e fazem o que os nossos delegados? Acotovelando-se para passar entre os muitos bandidos, vão dar batidas em motéis, perturbando a privacidade, que é um direito assegurado por lei, pela lei maior deste País.

Ou então, o que é que eles fazem? Vão brigar com a polícia militar, como se fosse ela o foco do banditismo, que são pagos para reprimir. Ou ainda, vão dar batidas em bancas de jogos de bicho, como se já tivessem combatido bem ao crime, sobrando tempo para cuidar da contravenção. O crime abandonado, a contravenção cuidada.

É evidente, é evidente o objetivo oculto, de extorquir a melhor remuneração. Pessoalmente, este Deputado somaria com as exigências, não só dos delegados, mas de todos os policiais, de todos os funcionários públicos, com a melhor recompensa.

O trabalhador não é culpado pela carestia, nem pela inflação, nem pelo desgoverno. Isto é lá com o José Sarney e com o

PNDB do Ulisses Guimarães. Por que deva ser ele, só ele, o punido pela circunstância econômica. Da forma como a questão foi posta pelos Senhores Delegados, só resta repudiar.

Eu tenho grandes amigos na classe dos delegados de polícia. Conheço delegados eficientes, sérios, comprometidos com sua profissão, com o juramento que fizeram ao abraçar esta difícil carreira, difícil e sacrificante carreira. Mas, da forma como foi posta eu só tenho que repudiar.

A equiparação que desejam com a magistratura do ministério público, fica desmoralizada pela própria maneira, como a reivindicação foi posta. Essas duas classes, como todas as demais do funcionalismo, também são reivindicantes; mas, de uma maneira fraca, leal, desabrida, até com ameaça de greve, como estão fazendo os professores do Estado.

Mas, de uma maneira franca, eles chegam à Assembleia Legislativa, chegam ao Poder Executivo, e dizem: "se não forem atendidas as nossas reivindicações, nós faremos greve".

Quer dizer, o magistério está tendo uma atuação franca, desabrida, coerente com os ensinamentos que eles transmitem às nossas futuras gerações, à elite, às futuras elites, dirigentes.

Às vezes, a forma como os delegados de polícia pretendem a equiparação, não podem obter o apoio das pessoas sensatas. O Secretário de Estado da Segurança não é culpado pela inflação, ou pelo pouco que os delegados ganham. A forma como se desencadeou a campanha dos delegados, esta sim, é de responsabilidade do Secretário de Estado da Segurança.

Eu não votaria o requerimento do nobre Deputado Algaci Túlio, convocando Sua Excelência para vir a este Plenário, porque não é dele a culpa pela inflação, pela má remuneração da polícia. Mas, a forma como se desencadeou esta campanha, é dele. Então, ele deve vir à Comissão de Segurança, desta Casa, que é a Comissão capaz e competente, para transmitir depois à Casa, o que de errado está acontecendo.

O Secretário de Estado da Segurança participa de um Governo, onde o diálogo e o respeito são valores constantes, nas relações com o funcionalismo; e aí, eu quero contestar a Oposição, quando diz que o Governador Álvaro Dias é insensível aos problemas do funcionalismo. Não é; nunca foi. O diálogo é nas relações Governo-funcionalismo e se o Governo age desta forma, o Secretário de Estado da Segurança, é quem mantém contato permanente com seus delegados. É o primeiro a receber os seus reclamos e se ele permitiu a formação de um ânimo profissional e se ele permitiu a formação disso revelou falta de tato e de

autoridade que o descredenciam para exercer a liderança da organização policial. Pode entender de forma diferente a bancada majoritária...

O Sr. Algaci Túlio - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ...darei em seguida. Pode entender de forma diferente o Partido majoritário, o próprio Governador do Estado, mas o meu pensamento é este. Nestas condições eu só terei que apoiar o requerimento do nobre Deputado Algaci Túlio de convocação, com um adendo, para a Comissão de Segurança, não votarei para que ele venha a esta Casa, para que não se verifiquem, aqui, espetáculos deprimentes e de demagogia, como assistimos na última reunião da Comissão de Justiça que apreciava a Mensagem governamental que revoga lei, hoje, em Primeira Discussão nesta Casa. Eu acho que o assunto é muito sério para comportar rasgos de demagogia eu concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Erondy Silvério, o meu requerimento na verdade é para que o Secretário seja ouvido na Comissão de Segurança...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Conta com o meu apoio.

O Sr. Algaci Túlio - ...e está cheio de razões Vossa Excelência quando fala que ele tem culpa pela situação, hoje, da segurança por essa formação de um grupo rebelde dentro da Polícia.

E tem culpa também o Diretor da Polícia Civil, Dr. Renato Ortoloni, quando diz, taxativamente, que isto aí é um ato da Associação dos Delegados de Polícia de carreira do Estado do Paraná. Aí pergunta-se: uma Associação tem mais direitos, tem mais legalidade do que a Instituição Policial Civil? Eu entendo que não.

Então, aí é que está o grande pecado da cúpula da nossa Secretaria de Estado da Segurança Pública, mais especialmente da Polícia Civil, por ter permitido que uma Associação de Delegados com o presidente empossado recentemente, tome as rédeas da segurança, determine que tipo de crime deve ser combatido na Cidade.

Aí é que está o grande pecado, o grande erro do diretor da Polícia Civil, da Segurança Pública. É sobre isso, exatamente, é neste sentido que o meu requerimento é feito para que Sua Excelência venha à Casa e dê esclarecimentos.

No mais, Vossa Excelência, quando analisa o setor policial da segurança tem toda razão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a Vossa Excelência e eu apóio, portanto, o pedido de convocação do Senhor Secretário de Estado da Segurança para a Comissão de Segurança desta Casa.

Eu acredito, e assim deveria entender a bancada majoritária, que se lhe dá audiência, para que explique sua atuação ou omissão nestes fatos tão graves. Visto assim, a convocação será para ele um benefício. Admissão de que possa haver explicações convincentes, ao invés de um repúdio liminar...

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permita-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ...como cabe, só um instante, como cabe e cabe muito bem. O que não cabe e não pode é nossa Polícia perder ante a população do Paraná o pouco de conceito e respeito que ainda lhe resta. Eu concedo com muito prazer um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Erondy Silvério, eu acho que, realmente, nós temos que tomar atitudes drásticas a respeito de segurança. Uma delas, eu me lembro, muito bem, que no ano passado, eu, o Deputado Raul Lopes, o Deputado Alexandre Ceranto, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Antônio Costenaro, estivemos no gabinete do Secretário de Estado da Justiça e pedimos para colocar uma cerca na Penitenciária Agrícola. Uma cerca, porque a Penitenciária Agrícola do Paraná, não sei se o Senhor sabe, este ano foi encontrada uma grande plantação de maconha lá dentro. Os presos fogem e praticam assaltos e voltam para lá. Inclusive, eu acharia que temos que tomar providências, temos que fechar esta penitenciária imediatamente, nós temos que reavaliar a segurança do Paraná. Muita coisa tem que ser feita, mas não é apenas com o Secretário de Estado da Segurança. Nós temos que convidar o Secretário de Estado da Segurança, o Governador, o Secretário de Estado da Justiça, temos que analisar profundamente o problema da segurança do Paraná, principalmente porque, o que me irrita e me apavora, é a Penitenciária Agrícola do Paraná, que é uma vergonha, onde os bandidos cumprem pena, saem, praticam o assalto e voltam para lá dormir, quando não, plantam até maconha lá dentro.

Eu acho que alguma coisa tem que ser feita, realmente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Agradeço a Vossa Excelência, e então uma sugestão a Vossa Excelência, ao Deputado Algaci Túlio, para que transformem este requerimento numa convocação conjunta ao Secretário

de Estado da Segurança, ao Secretário de Estado da Justiça, para que o Poder Legislativo possa cumprir, pelo menos uma parcela do papel que lhe é atribuído pela população do Paraná, que é zelar pela segurança do povo...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência informa que o seu tempo está esgotado.

Vossa Excelência continua no Horário da Liderança do PTB.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Acho que essas colocações feitas pelo nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti são importantes. Não é só a Secretaria de Estado da Segurança que tem responsabilidades sobre o assunto. A Secretaria de Estado da Justiça, todos sabem e agora ainda, um empresário ganhou uma ação vultosa de indenização contra o Estado, porque todos sabem que o presidiário é solto nos finais de semana para praticar o assalto e depois o butim é dividido, com quem eu não sei, evidentemente.

Então, eu acho que está no instante de tomar uma posição e está no instante também, principalmente, da Polícia Civil do Paraná, reagir para não perder como já disse, o pouco de conceito e respeito que ainda lhe resta ou virá outro filósofo popular, como Antônio Maria, para redefinir novamente a gente paranaense.

Eram essas as palavras, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consulta a Liderança do PT, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Ontem, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi o último a ser chamado para exercer o Horário da Liderança.

Eu gostaria de, no sentido da rotatividade, ser chamado por último hoje, caso contrário a nossa Assembléia será sempre a Casa, onde a última palavra é a do Partido do Governo.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Nós sugerimos que Vossa Excelência providencie uma mudança em termos regimentais, porque o Regimento fala sobre o primeiro orador, o primeiro partido deverá ser sempre aquele que terminou o Grande Expedien-

te, no caso o PDT que nós chamamos, o último, não temos nenhum critério a respeito.

Está com a palavra o PDT, nós podemos alterar futuramente.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu imaginava que era acordado entre as Lideranças, uma rotatividade de Bancadas.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não há, Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA - Longe de mim a ideia...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vamos manter contato com as Lideranças, futuramente...

O SR. RAFAEL GRECA - Eu falo agora. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu peço para que seja zerado o meu tempo, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, enquanto me dirigia ao enterro do Sr. Arnaldo Gedanken, soube que o Deputado José Felinto, em aparte ao Líder do PMDB nesta Casa, se referia a uma pretensa participação minha no Corpo de Baile do Teatro Guaíra.

Realmente, Deputado José Felinto, tanto a mim como a Vossa Excelência faltam o corpo, o preparo físico e a vivacidade, para desempenharmos bem no Corpo de Baile do Teatro Guaíra. Os nossos muitos quilos não nos permitem a leveza necessária para os "pliés" os "pas des deux", enfim, todos os passos necessários para o correto desempenho de um balê.

Agora, eu temo, Sr. Presidente, que o PMDB no governo esteja se saindo como se fosse dançar balê.

Olha aí o ex-Ministro Aníbal Teixeira, liberou através da SEPLAM muito dinheiro, muito dinheiro mesmo, para fins expúrios e fins condenáveis.

Vejam só, em Belo Horizonte, onde ele pretendia ser candidato a Prefeito, foram liberados 773 milhões de cruzados, e a segunda cidade mais contemplada pelo Ministério do Planejamento do Governo da República do PMDB, qual foi? Terá sido São Paulo da periferia miserável; terá sido o Rio de Janeiro da criminalidade que tanto aflige os Deputados do Partido do Governo nesta Casa, que até ficamos pensando serem eles também eleitos um pouco pelo Rio de Janeiro, porque precisam se preocupar com o Rio de Janeiro pregresso ou do tempo do Brizola, não com o atual, o abençoado Rio

de Janeiro do Sr. Moreira Franco, este candidato das elites. Não, não foi nem São Paulo, nem foi o Rio de Janeiro, não foi nem a miserável Porto Alegre, muito menos a infeliz Curitiba, que não é bela nem justa, a não ser no "slogan". Foi Pinheiro, um município no interior do Maranhão, que recebeu 284 milhões de cruzados. Estranha coincidência. Este Pinheiro é o curral eleitoral do Sr. José Sarney, do Presidente da República.

E os Municípios do Paraná, eu vos pergunto a todos e a cada um dos Deputados do Governo, sobretudo aos que assinaram o pedido de permanência do Sr. José Sarney no Poder, de adiamento das eleições: onde é que ficaram os municípios do Paraná?

Em Carmo da Mata, cidade de 10 mil habitantes, a 160 quilômetros da miserável Belo Horizonte, que já não é a dos sonhos do urbanista que a planejou no tempo da bela época, no início deste século. A Prefeitura recebeu recursos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República do PMDB, para construir uma escola agrícola e um asilo, mas também teve que comprar uma destilaria de cachaça fabricada por uma indústria pertencente ao irmão do ex-Ministro Aníbal Teixeira.

Larguem mão da embriaguez, larguem mão do vício! Indústria de cachaça no lugar de asilo, no lugar dos melhoramentos necessários para cada município! Ora! Freqüentemente depressa os Alcoólicos Anônimos, caso contrário o povo transformará as eleições no julgamento político de todos.

Apenas no interior de São Paulo, foram ouvidos 30 Prefeitos, uma queixa comum: para conseguir verbas eram obrigados a dar 30% para os intermediários. E em Valença, no Rio de Janeiro, a Prefeitura aguardava há mais de um ano a liberação de uma verba da SEPLAN, para o seu Município, e bastou que um primo do Sr. Ministro, o Sr. Sérgio Menin, entrasse em ação para que os recursos fossem liberados em 24 horas.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Na sequência, Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas espero que Vossa Excelência registre o relógio para que não negue o aparte.

O SR. RAFAEL GRECA - Na sequência.

Quando o Presidente da CPI anunciou que convocaria o genro de José Sarney para depor, veio o recado do Planalto, através do Líder do Governo, Senador Rachid Dersí, o Governo considera um absurdo a convoca-

ção do Sr. Jorginho Murad. O Presidente pode até renunciar ou se suicidar, eis o que disse o Líder oficial.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - O homem já levou para o Palácio os móveis que pertenciam a Getúlio. Suicídio? Suicídio político é apoiar o Sr. José Sarney, como faz o Sr. Álvaro Dias, como fizeram ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - ... os 29 dos 37 Deputados com assento nesta Casa.

O Consultor-Geral da República, Sr. Saulo Ramos, vem aos jornais dizer que a CPI é inconstitucional. É o mesmo Consultor que afirma que o Presidente José Sarney legalmente deve ficar seis anos; no entanto, há juristas de nomeada que asseguram que o mandato do Presidente da República é questionável, pois quando morreu o Presidente Tancredo Neves, deveria ter assumido o Presidente da Câmara e marcadas novas eleições.

José Sarney agora busca no ocultismo, a solução para os males da Nação. Diz a revista "Veja" que o Presidente tem consultado periodicamente o vidente maranhense Moacir das Neves, afirmando "há macumba em Palácio". Dois anos atrás - pasme, Assembleia -, o vidente foi condecorado com a Ordem Nacional do Rio Branco; ganhou ele a Medalha Oficial do Itamaraty.

Jona Marly Sarney, em recente encontro com o babalorixá Raul de Xangô, tinha pedido àquele chefe religioso: "reze pelo José". O vidente afirmou: "Há muita carga pairando sobre o Palácio, mas nenhum exorcista poderá desfazê-la: só José Sarney poderá dar um jeito nisso, decretando eleições gerais".

Valha-me Xangô. Xangô é São Gerônimo no sincretismo, São Gerônimo, o que teve a lucidez de passar as escrituras da via oral, da palavra dita para a palavra viva, para a palavra escrita. Xangô disse para o seu babalorixá que nós precisamos de eleições, mas não precisamos de Xangô nem da lucidez de São Gerônimo para saber que precisamos de eleições.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Para que eleições? Para lhe responder, Deputado Dirceu Manfrinato. Eleições para lhe responder através de um debate em rede nacional de televisão, em tempo igual, sobre o real

potencial do Governador Leonel Brizola em administrar o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Mesa informa que o tempo de Vossa Excelência acabou e tem 30 segundos para concluir.

O SR. RAFAEL GRECA - Eleições para quê? Eleições, Sr. Presidente, para nós zermos já um momento ético, a dívida que temos com a história deste país, que já tem saudades do progresso que ainda não veio.

E mais: eu aceito o seu desafio, Deputado Dirceu Manfrinato. Quero debater consigo, comparando o Governo Álvaro Dias com o Governo Leonel Brizola, o Governo José Richa com o Governo Leonel Brizola. Providencie através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, uma rede estadual de televisão, que eu lá estarei.

Muito obrigado.

(Manifestações nas galerias)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa chama a atenção das galerias. Regimentalmente não são permitidas manifestações e a Mesa não vai permitir manifestações a favor ou contra quem quer que seja. Pedimos a colaboração para que esta sessão tenha o seu andamento normal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu quero parabenizar neste instante o Deputado Rafael Greca quando levantou a corrupção na sua afirmativa na tribuna do Poder Legislativo com relação ao Governo Federal, mas lembrá-lo ao mesmo tempo que apelo, neste instante...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Quer parecer, Senhor Presidente, que o Deputado Dirceu Manfrinato não pode proceder um discurso num momento em que solicita a palavra Pela Ordem e discursa num momento inoportuno.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Solicitamos ao Deputado Dirceu Manfrinato que conclua, por gentileza.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu não farei discurso. Só quero parabenizá-lo, Deputado, e somo com Vossa Excelência o combate à corrupção e ao mesmo tempo faço um apelo ao Pai Xangô quando não tive aparte de Vossa Excelência, mas lembrar que Vossa Excelência está em débito com o Tribunal de Contas do Paraná porque não prestou contas, quando Vereador, das verbas de Curitiba.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Tem a

palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - A questão das "notinhas de coalhada" para os cancerosos do Albergue São João Baptista colocada em dúvida pelo parecer de um funcionário do Tribunal de Contas, ainda não foi julgada pelos Juizes daquela Casa. Eu imagino que como Poder assessorio da Assembléia, diz isso na Constituição, o Tribunal de Contas deva ter independência e eu não aceito a condenação política que à guisa de se transformar em Juiz - Conselheiro do Tribunal de Contas, me lança um Sr. Manfrinato. E mais, também não aceito que lhe seja dada a palavra para, em sessão deste Parlamento, tentar tomar as vezes dos Juizes que, se tenho culpa, me condenem.

Era isso.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Seja breve, Deputado!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu entendo e reconheço que o Deputado Algaci Túlio tanto como o Deputado Rafael Greca, principalmente o Rafael Greca - ilustre Deputado, eu o conheço como um Deputado culto, inteligente e saber perfeitamente que nós não podemos misturar o Poder Legislativo, Executivo, Judiciário e Tribunal de Contas. Eu não estou determinando e dizendo em nome do Tribunal de Contas do Paraná, os documentos que se encontram no Tribunal de Contas é que estão dizendo que o Deputado Rafael Greca não presta conta das suas verbas quando Vereador em Curitiba.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Nós vamos conceder a palavra pela Ordem ao Deputado Algaci Túlio para depois podermos entrar na Ordem do Dia.

O SR. ALGACI TÚLIO - E eu também quero que dê seqüência porque há assunto muito mais importante a tratar nesta Casa. Faço já um requerimento verbal pedindo que seja alterada a Ordem do Dia passando o Projeto de n° 555/88, para o processo inicial desta sessão.

Quero fazer a questão de ordem no seguinte sentido. É bom esclarecer que nem eu e nem o Deputado Rafael Greca estamos preocupados e temerosos com o que possa decidir o Tribunal de Contas - a nossa consciência nos deixa tranquilos neste sentido. Agora é bom esclarecer ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato que na sua Bancada, ao seu lado, também, o cidadão está no Tribunal de Contas. Na Prefeitura Muni-

cipal, o Vereador José Maria Correa também está no Tribunal de Contas e na Casa Civil o Senhor Neivo Beraldim também é outro que está no Tribunal de Contas. Portanto o Senhor não tem condições de vir querer cobrar moralidade nossa.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)

Solicitamos aos Senhores Deputados que pretendem fazer acusações mútuas que façam uso do horário para Explicações Pessoais.

Consultamos a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Domingos Scarpellini.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ontem o Deputado Rafael Greca, na tribuna, ao discorrer sobre a questão da segurança do Estado do Paraná disse que o comerciante que havia sido assassinado aqui em Curitiba, era responsabilidade do Governo Álvaro Dias. E estamos informados, os jornais já começam a notificar de que o caso tem um relacionamento com o tráfico de entorpecentes que envolve um dos filhos do Senhor Arnaldo.

Não sou eu quem faz essa afirmação, a informação é feita pelos órgãos de imprensa que já trazem praticamente como certo esse envolvimento.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sabemos, todos sabem a origem da criminalidade, a origem dos problemas que vêm afligindo a Nação Brasileira.

Se nós tínhamos em 1964, 80% da população habitando os campos, esse processo se reverteu a partir do Golpe de 1964. A concentração urbana foi aumentando e chegamos hoje a casa de 80% de aglomerados urbanos, contra vinte (20) no campo. Esta distorção, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi o que realmente levou o País a este impasse social que hoje vivemos. O modelo econômico implantado pelo Senhor Delfin Neto e pelos ministros monetaristas que estavam de plantão defendendo os interesses das multinacionais, os interesses do militarismo, foi o que levou este País ao índice de criminalidade insuportável, porque transformou os trabalhadores do campo em bóias-frias, transformou os trabalhadores do campo em desempregados marginalizados dos grandes centros urbanos.

Portanto não podemos jogar a responsabilidade desta crise nos ombros daqueles que vêm para pôr um paradeiro a estes estados de coisas.

Mas, nós, que sabemos perfeitamente das origens do Presidente José Sarney, que sabemos das suas ligações com a UDN "bossa nova" que defendeu o Golpe, que sabemos das suas ligações com o Regime Militar que dava sustentação através da ARENA e depois do PDS, nós que sabemos e o povo brasilei-

ro, pela inteligência que tem, sabe que o Presidente José Sarney está também no PMDB graças ao casuismo, ao casuismo para se tentar implantar neste País uma democracia pela via pacífica, uma democracia sem ruptura com o estado anterior, que era o Estado Ditatorial. Nós sabemos bem disso, ilustre Deputado Rafael Greca, e Vossa Excelência sabe muito bem sobre José Sarney tanto que nos deu uma aula aqui sobre José Sarney, porque era o seu colega de Partido também, estavam juntos na mesma trincheira, conviveram juntos durante longos anos, o Senhor que defendia neste Estado o Governador Ney Braga, Senador Ney Braga, o Ministro Ney Braga. O senhor que defendeu neste Estado o Prefeito Jaime Lerner - fruto também da ditadura. E aqui, Deputado Rafael Greca, nós precisamos fazer um pouquinho de exercício de memória para voltarmos à Administração Jaime Lerner, e Vossa Excelência marque o lugar onde possamos debater, para que nós realmente possamos passar a limpo esta administração que endividou Curitiba com mais de 100 milhões de dólares, que construiu obras faraônicas que não interessam ao grande público curitibano e paranaense que estão nas periferias, nas favelas, nos mocambos sem a mínima condição de vida saudável na cidade que era a cidade mais saudável e mais bonita do Brasil. Curitiba, que era a cidade dos universitários, a cidade dos centros médico-cirúrgico-hospitalar, transformou-se graças a essa vontade de transformar Curitiba em um grande pólo industrial da Cidade dos favelados, dos desesperançados que vieram para cá sob a promessa falsa do seu ex-Prefeito, de que aqui encontraria a felicidade, no trabalho da Cidade Industrial.

Eu gostaria que Vossa Excelência dissesse proporcionalmente quantas creches foram construídas no Governo Jaime Lerner, para atender às crianças na década de 70. E são aquelas crianças que não encontraram a creche como amparo, Deputado Rafael Greca, que estão nas ruas, hoje, praticando o crime. São aquelas crianças que não encontraram centros de convivência que estão na periferia, hoje, assaltando, matando e traficando.

Vossa Excelência que vem do mesmo berçário de José Sarney precisa nos ensinar como ele veio para o PMDB. O Senhor também está no PDT do Leonel Brizola. O mesmo Leonel Brizola que pôs Vossa Excelência para fora de uma reunião do PDT, na Convenção Nacional em Brasília, que disse...

O Sr. Rafael Greca - Permita-me um aparte, Excelência.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Na seqüência. Assim como Vossa Excelência deu aparte

ao Deputado Dirceu Manfrinato eu vou dar a Vossa Excelência.

O Sr. Rafael Greca - Mas, Vossa Excelência usa o horário do Governo para tentar rebater esse Deputado, até em matéria de assunto pessoal ...

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu estou com a palavra, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está com a palavra o Deputado Domingos Scarpellini.

O Sr. Rafael Greca - Talvez Vossa Excelência esteja em campanha para conseguir a Liderança do Governo.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Vossa Excelência falou de uma tal fábrica de cachaca lá em Minas. Vossa Excelência esqueceu de falar do vício da embriaguez, do vício do tabagismo, que foi o Senhor Jaime Lerner quem trouxe para a Cidade Industrial, a Philip Morris, para aqui fabricar cigarros para matar a grande parte da população brasileira, também. Ou não é verdade isso? Em matéria de vícios, não há muita diferença entre o cigarro e a fábrica de cachaca, que está sendo ou vai ser implantada em Minas. Mas, o vício maior, o vício maior que foi deixado pelos administradores deste país, não é só o caso do ex-colega de Partido e do ex-coração curitibano, Jaime Lerner. Mas, o caso dos governantes da época, que o Senhor defendeu, foi o vício de se proteger sempre os grandes, em detrimento da grande maioria de brasileiros...

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Deputado, queira concluir, por gentileza. O tempo está esgotado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Era o período em que se protegiam as grandes empreiteiras, aos grandes interesses dos grandes capitalistas.

E eu desafio Vossa Excelência, ilustre Deputado, para vir aqui trazer a relação das creches; trazer a relação das pessoas que foram atendidas, em números. Porque nós precisamos, realmente, é usar de sinceridade para receber o aplauso ou a vaia de quem quer que seja. Vossa Excelência vem aqui para fazer gracejo, para falar em embriaguez, para falar em vício! Ora, nós sabemos perfeitamente qual é o maior vício

deste País. Aqueles que estão com a rapadura estão quebrando a dentadura mas não querem parar. Estão "mamando" desde 1964, no Governo que o Senhor ajudou a sustentar, no golpe de 1964, No entanto, o Senhor ainda quer vir aqui para criticar o PMDB, como sentinela da democracia! Eu não vou ficar de cabeça baixa ...

(Tumulto no Plenário).

O Sr. Rafael Greca - Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) O tempo do orador, que se encontra na tribuna está esgotado.

O Senhor Algaci Túlio - Senhor Presidente, está esgotado.

O Sr. Rafael Greca - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu peço a palavra pela Ordem para invocar o compromisso que todos prestamos quando assumimos esta Assembléia, no sentido de sermos Deputados fiscais, juizes e legisladores do tempo presente.

No entanto, tenho visto, tenta o Deputado Domingos Scarpellini, como tentam os Deputados da Bancada Governista, levar o debate desta Assembléia para o tempo pretérito, para o passado.

Aos Senhores Deputados quero esclarecer o seguinte: não permitirei a traição do nosso mandato, transformando isto aqui na Casa da Memória. Mesmo porque já servi o PDS, sim, no tempo da Casa da Memória. E enjoei. E agora quero servir o futuro. Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Encerrado o Horário do expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Reitor da Universidade Estadual de Londrina, encarecendo a abertura de CPI junto àquela Instituição, para apurar a veracidade das acusações levantadas contra a mesma.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 55/88. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, com apoio do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para as Proposições nºs 07/88 e 08/88. **Em votação.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, apenas para esclarecimento, qual é o número, na pauta, dessas proposições?

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Proposições nº 7 e 8. A Mesa dará esclarecimento maior. Itens 35 e 36 (Lê o item 35, da Proposição nº 7/88): Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 337/87, e à Proposição nº 08/88 - Veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 150/87.

Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão.

Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 55/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 43/88), que objetiva alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 8592, de 28 de outubro de 1987, acrescentando-lhe novos parágrafos, para redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., à EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J., e PARECER FAVORÁVEL À EMENDA ADITIVA da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. nº 17, de 04.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 055/88

PARECER:

JUSTIFICATIVA:

O substitutivo proposto justifica-se por tornar mais adequada à realidade econômica-financeira pela qual passa o Estado, a implementação de antecipações salariais aos serviços públicos.

Por outro lado, a prática de autorização legislativa ao Poder Executivo não traz novidades, de vez que esse critério tem sido utilizado em situações especiais. Essa autorização viabilizará atendimento aos anseios do servidor, conciliada aos interesses do Estado.

Em relação à emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira, face ao substitutivo apresentado, consideramo-la prejudicada.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente
CARLOS MASSIGNAN-Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 055/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, originário da Mensagem Governamental nº 043/88, tem por finalidade alterar a redação do artigo 1º da Lei nº 8.592, de 28.10.87, acrescen-

do-lhe novos parágrafos para redefinir a política de reajustes de vencimentos do funcionalismo público estadual.

Foi o mesmo devidamente analisado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando esta pela Aprovação do referido projeto na forma do substitutivo geral apresentado pelo Relator daquela Comissão. Chamada a opinar sobre a matéria, esta Comissão de Finanças apresenta a seguinte emenda onde couber:

"Art.... - Na Tabela a ser criada pelo Poder Executivo, adote-se critério progressivo de vantagens dadas a cada servidor público estadual, inversamente proporcionais aos valores de seus vencimentos".

Nestas condições, é o nosso parecer favorável ao substitutivo geral, com a emenda aditiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.88.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO- Presidente
CÂNDIDO BASTOS- Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DO
PROJETO DE LEI N. 055/88

Substitua-se o Projeto de Lei n. 055/88, pelos seguintes termos:

"Art. 1º - Fica revogada a Lei n. 8.592, de 28 de outubro de 1987.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a, por Decreto, conceder reajustes, a título de antecipações salariais, aos servidores públicos dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como aos integrantes da Polícia Militar.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 1º de abril do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

Apoiamento: David Cheriegate, Artagão Matos Leão, Basílio Zanusso, Quielse Crisóstomo, Dirceu Manfrinato, Lauro Lobo Alcântara, Cândido Bastos, Gernote Kirinus, Erondy Silvério e Domingos Scarpellini.

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL

APOSTO AO PROJETO DE LEI N. 055/88

O Substitutivo Geral Aposto ao Projeto de Lei n. 055/88, fica acrescido do seguinte Artigo:

Inclua-se onde couber...

"Art. ... - Na Tabela a ser criada pelo Poder Executivo adote-se critério

progressivo de vantagens dadas a cada servidor público estadual inversamente proporcionais aos valores de seus vencimentos."

Sala das Comissões, em 08.04.88.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

Apoiamento: José Afonso Júnior, Djalma de Almeida Cesar.

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Parlamentares, demais entidades representativas dos trabalhadores paranaenses, companheiros trabalhadores que estão presentes, ou que estão acompanhando os trabalhos, nesta sessão.

Assumo a tribuna, para discutir, creio eu, o item da maior importância no dia de hoje, nesta sessão, porque através dessa discussão e votação é que resultará alegria, tristeza, reconhecimento ou não de uma grande parcela de alto valor para o Estado do Paraná, que são os trabalhadores, os servidores públicos deste Estado.

Aliás, nós ainda estamos perplexos, diante da proposta trazida a este Plenário, pela Bancada Governista. Esta novela que trata da extinção da URP, tem sido acompanhada com muita apreensão pelo funcionalismo público desse Estado.

Agora, sentimos que num passe de mágica a Bancada Governista pretende inventar um final feliz. Não para os servidores, mas para os próprios Parlamentares que pretendem se eximir de qualquer responsabilidade por este ato.

Será certamente um amargo epílogo para os trabalhadores consolidando um atestado de incompetência e irresponsabilidade para nós Parlamentares, se esta emenda for aprovada. Não podemos transferir as prerrogativas, as poucas prerrogativas que nós temos, fugindo das consequências que as decisões governamentais tomadas por decreto, poderiam ou poderão acarretar.

Para ilustrar a conjuntura atual do País e mostrar a situação em que se encontram os trabalhadores, gostaria de fazer uso das palavras de um competente jornalista, que se denomina Fonte de Oliveira, que foi publicada numa coluna semanal da "Revista Senhor" nesta última semana sob o título "E agora José?" Este brilhante jornalista, nos apresenta o seguinte quadro

nacional, ao comentar a iminência da aprovação de cinco anos de mandato para o atual Presidente José Sarney.

Diz ele: "Com dois anos de mandato pela frente o Senhor Sarney não poderá corrigir os erros e as suas omissões, mas poderá ele dar início a reversão da tragédia nacional, que ele próprio montou, ou deixasse fosse montada. Para tanto, basta que compreenda que as causas imediatas dessa tragédia, estão no empobrecimento desesperador de cento e quarenta e cinco milhões de brasileiros, que em três anos ele levou ao paradoxismo".

Mais adiante, este Jornalista acrescenta: "Ora se o Sarney se livrou do Senhor Ulysses, não se livrou do Senhor Mailson da Nóbrega. E o que quer que o Senhor Mailson? Montado na deslavada mentira, de que os salários são a fonte do déficit público, quer aviltá-los, achatá-los, esbagaça-los ainda mais, enquanto deixa entocados subsídios, incentivos fiscais, mordomias, favores de clientelas, e compadrio, esbanjamentos oficiais e a parafernália da corrupção que anda solta, ao lado das propostas socialmente infames, o Senhor Mailson da Nóbrega, quer ainda alienar o controle acionário da União na PETROBRÁS, ELETROBRÁS, TELEBRÁS, Vale do Rio Doce, Siderbrás, transferindo-o, inclusive, ao Capital estrangeiro.

O colunista da "Senhor", revela que Mailson, tem as seguintes intenções: empenha-se em levar à loucura, pelo desespero, os assalariados, ao desnacionalizar a nossa economia. Ele quer o trabalhador de volta ao estado da escravidão, e o País, à condição de Colônia. A junção dessas duas linhas, dará a explosão social. Quem pode ter dúvidas sobre isto? dispara o jornalista, concluindo o seu artigo com a seguinte previsão sombria: "Se o Senhor Sarney tomar este caminho, corre o risco de não terminar o seu mandato. A ira dos mansos lhe tirará o que os Constituintes lhe deram. Álvaro Dias, tem se revelado, um seguidor ardoroso das teses do Ministro Mailson da Nóbrega, que por sinal, são oriundas da mesma escola dos tristemente lembrados, Roberto Campos, Delfin Neto, ex-Ministros do período da ditadura. O Chefe do Palácio Iguazu tem circulado com inteira desenvoltura entre o empresariado retrógrado que se apegua na forma renitente e esfarrapadas formas recessivas do Fundo Monetário Internacional.

Tal inclinação do Governador já foi, repentinamente, manifestada no tratamento que ele tem dispensado aos funcionários públicos do Estado do Paraná. A questão da URP se tornou o pomo da misericórdia, mas é apenas a ponta visível de um problema infinitamente maior. Na verdade, os trabalhadores nunca estiveram plenamente satis-

feitos com a política salarial anterior ao congelamento da URP.

O DIEESE tem demonstrado claramente que a URP não consegue sequer recompor os salários diante da escalada inflacionária. Mais do que isso, o mesmo DIEESE tem demonstrado através dos seus estudos que, para os trabalhadores brasileiros recuperarem o poder aquisitivo dos seus salários, de 1985, teriam que receber todo o ano, além da reposição integral da inflação, um aumento real de mais 5%.

Assim mesmo, os patamares salariais de 1985 só seriam alcançados no ano 2.008. Isso serve para nós dimensionarmos os estragos provocados pelas sucessivas e desastrosas políticas salariais da Nova República. Longe de desistir no seu intento de penalidade e sacrificar os trabalhadores, o Governo tem demonstrado através das medidas anunciadas na semana passada, que o castigo pode ser ainda maior.

O PMDB, uma lembrança apagada e amorfa dos anos que esteve na oposição, abdicou das suas propostas sociais, abraçando cegamente as teses ortodoxas do Fundo Monetário Internacional, que conclui como primeiras medidas, o arrocho salarial, o não atendimento das reivindicações salariais dos trabalhadores. Como resultado imediato ocorre a recessão, que significa miséria, carestia e desemprego. Todos esses fatores devem ser levados em consideração quando nesta Casa, nos propomos a entregar uma carta branca para o Senhor Governador para que adote as medidas que julgar necessárias e convenientes em relação aos vencimentos do funcionalismo público.

Talvez a bancada do PMDB esteja confiante na popularidade, pretensamente inesgotável do Governador, deixando-o que administre o ônus do arrocho salarial que, inevitavelmente virá.

Este é um gesto de Pilatos, que denominado pela covardia lavou as mãos diante da condenação de Cristo! Nada mais cômodo para a bancada governista do que transferir as responsabilidades.

Foi um fato inédito e insólido. Enquanto que, na Constituinte, os setores mais avançados e conscientes lutam obstinadamente pela valorização do Poder Legislativo, com a recuperação das prerrogativas que o Congresso Nacional merece ter, num País que pretende construir uma democracia duradoura, a Assembléia Legislativa do Paraná declina das suas prerrogativas, transferindo ao Executivo o Poder de Legislar. Pior do que isto, é que a Bancada Governista, a bancada do PMDB, pretende autorizar o Governador a legislar através de decretos. É uma barbaridade, um desrespeito ao povo, que tem vivo na memória a lembrança dos tempos em que o PMDB

condenava o uso dos decretos, e que triste ironia, o Governo do PMDB está conseguindo levar ao paradoxo, o recurso arbitrário e autoritário dos decretos-leis.

Outro agravante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que o PMDB faz uso dos decretos quando se trata de investir contra os trabalhadores, arrochando os seus salários. Por outro lado, quando se trata de revogar os subsídios, extinguir incentivos ou moralizar o recolhimento dos impostos, o Governo adota o caminho normal, o caminho democrático de encaminhar ao Legislativo mensagens, propondo as alterações democráticas e necessárias. Por que não o decreto para este momento?

Só que quando isto ocorre, a bancada Governista se encarrega de chavear as gavetas contendo as mensagens e se omite em se pronunciar. Basta citar as sete mensagens que foram enviadas pelo Executivo Estadual em 1987 e que ainda não foram incluídas na Ordem do Dia desta Casa, apesar do seu Regime de Urgência aprovado. Basta lembrar a margem que propõe a redução dos prazos para recolhimento do ICM, por parte das empresas, nessas questões nem se cogita a utilização de decreto, o que seria repudiável por princípio, mas também não se demonstra qualquer pressa, na tramitação desses projetos. O próprio Governo se encarregou de divulgar as astronômicas cifras de ICM em atraso, sendo que só as 35 principais empresas devedoras, totalizam mais que 5 bilhões e 583 milhões de cruzados, o que seriam suficientes para o Estado pagar as URPS integrais para todos, de mais de 5 meses do funcionalismo público estadual...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Permite um aparte Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência lhe concedo.

No percentual com base em março, de 18,19% e isso põe por terra o argumento de que o Estado não dispõe de recursos para continuar honrando o pagamento da URP.

O que falta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é seriedade, é disposição para moralizar o sistema tributário do Estado do Paraná. É por demais conhecida, a situação do recolhimento do ICM sobre a carne, segundo fontes ligadas ao setor de fiscalização, perto de 90% do ICM deste produto é songado e ainda os grandes frigoríficos se incluem entre os maiores devedores do Estado, certamente na espera de que o atual Governo promova uma anistia fiscal, a exemplo daquela que o Senhor José Richa promoveu no seu Governo.

E podemos, certamente, comprovar através das publicações diárias do Diário Oficial que, todo dia, está havendo dilações

de prazo para mais seis meses aos grandes grupos econômicos que exploram e deploram o Estado; esses sim, estão nas tribunas de honra deste Governo porque têm os seus compromissos de recolhimento do ICM dilatados por mais seis meses.

Concedo aparte ao nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Queria cumprimentá-lo

Deputado Pedro Tonelli pela exposição que faz Vossa Excelência dessa tribuna, dando a real situação que vive o funcionário público e a situação que está o Governo. Eu ia, exatamente, tocar no assunto quando Vossa Excelência falou das firmas devedoras do ICM e ia lembrar também, da anistia dada e Vossa Excelência já lembrou na época do Governo José Richa. Há muitos empresários que, certamente, o ajudaram na campanha em sua eleição. E me parece Deputado Pedro Tonelli que pelo ambiente do Plenário, pela retirada de alguns Deputados do PMDB, parece-me que também não estão interessados em trabalhar contra o funcionalismo, porque houve uma evasão, conseqüentemente, quero crer e até será motivo na sequência de uma verificação de quorum, havendo a sensibilidade da Bancada do PMDB em não votar essa matéria, um raciocínio rápido e positivo da Bancada do PMDB.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço seu aparte nobre Deputado e certamente as suas preocupações são as preocupações do Partido dos Trabalhadores com relação ao tema em discussão.

Ao alegar a insuficiência de recursos para continuar cumprindo com a correção salarial através da URP, o Governo se contradiz pela falta de transparência das finanças do Estado. Podemos constatar isso, aqui nesta Casa, pois todo e qualquer pedido de informação encaminhado pelos Deputados oposicionistas são repetidamente negados, ou quando excepcionalmente aprovados, levam um ano para serem respondidos.

Semana passada, assistimos a Bancada Governista votar contra um requerimento do Deputado Algaci Túlio que pedia informações sobre o montante recolhido pelo Governo com o jogo do bicho, após acordo firmado por Álvaro Dias, o Governador, com os bicheiros e que agora está sendo ameaçado pela ação de alguns Delegados.

Se o Governo se recusa a fornecer informações fidedignas sobre os recursos auferidos pelo jogo do bicho, quanto mais sobre os recolhimentos do ICM e outros tributos do Estado. Mais do que isso, só poderíamos dar crédito a este Governo se

houvesse transparência nas suas contas de publicidade. Gostaríamos de mensurar o quanto está custando aos cofres do Estado a sustentação artificial da popularidade do Governador, bem como projetar a nível Nacional as suas ambições políticas.

Sem cumprir estas exigências este Governo não tem respaldo para pretender impor restrições aos salários do funcionalismo público. Temos a sensatez suficiente para compreender que a Bancada Peemedebista acrescida de Deputados de outras agremiações políticas, que apoiam o Governo Álvaro Dias se aintam numa posição incômoda e ambígua.

Como votar a favor do arrocho salarial, contra o funcionalismo público, sem ter a coragem de congelar os vencimentos próprios que representam uma verdadeira afronta aos trabalhadores que ganham sete mil e duzentos cruzados por mês. Esses Deputados certamente se colocaram como Laio perante a Esfinge: "Decifra-me ou devorata". Para resolver essa equação escolheram o caminho mais fácil, mais confortável e menos comprometedor.

Se a emenda, hoje em apreciação, garante o resguardo da imagem dos Parlamentares, já duramente mutilada pela incapacidade de acompanhar as reivindicações populares, for aprovada, custará muito caro aos seus defensores, pois estarão subcrevendo todas as medidas que vierem a ser adotadas pelo Executivo Estadual, com base nessa carta branca, que a Bancada Governista pretende entregar ao Governador.

Colocamos em discussão a URP. O movimento sindical é plenamente favorável de que a URP seja questionada. Entretanto, os trabalhadores exigem que ela seja mantida, até que o Governo resolva adotar a correção mensal dos salários, pelo índice de variação do custo de vida, calculado pelo DIEESE. Em março, esse índice ficou acima de 21%, enquanto percebemos através da divulgação oficial, que a inflação foi de 16.19%.

Portanto, não podemos concordar com ela, mas, temos que manter e lutar para que nós tenhamos reajustes que se equiparem aos reajustes do custo de vida.

A URP correspondente ao mês passado, foi 16.19%, o que significa, como já afirmamos anteriormente, que não garante a recomposição salarial. Se o custo de vida avança além da correção dos salários, significa que o poder aquisitivo da população está caindo. Daí, a reivindicação dos trabalhadores para que os salários sejam corrigidos pelo índice de variação do custo de vida do DIEESE, a qual será uma medida justa e melhor.

Pior que tudo, os servidores do Paraná, sequer têm o direito de receber a URP de março. Estamos solidários a esta pro-

posta dos trabalhadores e se esta Casa quiser ser merecedora do respeito popular, terá que assumir esta discussão.

Transferir responsabilidade não condiz com a nossa vocação de legisladores; afinal, fomos eleitos para cumprir esta função. Não estamos aqui, para ocupar cargos e desfrutar de um generoso salário. Basta a posição do Partido dos Trabalhadores, e conseqüentemente a nossa.

Portanto, ao invés de ficar remendando propostas do Executivo Estadual, devemos expor as nossas posições. Se a Bancada Peemedebista é favorável ao arrocho salarial e à imposição do sacrifício aos trabalhadores, que assuma publicamente esta posição, sem subterfúgios e sem vacilações.

Queremos coerência, pois este Partido já esgotou o seu discurso, e o povo tem conhecimento disso. Por isto, é que nós gostaríamos que fôssemos apreciar em nós mesmos ao assumirmos a responsabilidade do presente e do futuro dos trabalhadores paranaenses.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nesta primeira discussão do Projeto de Lei nº 55/88 oriundo da Mensagem Governamental, de que trata o Regimento Interno desta Casa, especificamente da questão da constitucionalidade da matéria, eu gostaria de sugerir algumas considerações, para que fossem apreciadas quanto a constitucionalidade da mesma, ora em discussão, e posteriormente em votação.

Diz o artigo 35 da Constituição Estadual, que é de competência do Poder Executivo, a iniciativa das Leis que fixam vencimentos e vantagens aos servidores públicos, isto está explicitado no artigo mencionado. O artigo 25, § 1º - letra b - por sua vez diz: Que é de competência exclusiva do Governador a iniciativa de Leis que disponham sobre matéria financeira e aumentem vencimentos ou a despesa pública. Desses dois artigos depreendem aqui duas conclusões:

Primeira - Em matéria de vencimentos do funcionalismo público, a forma legislativa própria é a lei ordinária, e não o decreto que está sendo proposto, através desta emenda substitutiva;

Segunda - A Constituição é explícita ao regular que as Leis que fixam vencimentos e vantagens dos servidores públicos e aquelas que aumentam vencimentos ou a despesa pública devem ser de iniciativa do Poder Executivo. Por isso, a iniciativa é uma prerrogativa distinta do poder de legislação, a qual, neste caso específico, pertence somente ao Poder Legislativo. Portanto a delegação de poderes para o Executivo legislar por Decreto sobre esta matéria, é inconstitucional.

A emenda aditiva da Comissão de Finanças de que trata como vantagens os reajus-

tes legais, de acordo com a URP. As vantagens estão enumeradas, explicitamente, na Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, do Estatuto dos Servidores Públicos do Paraná. Tais vantagens são determinadas e não devem sofrer alterações por uma emenda sem este objetivo.

A Constituição Federal dispõe sobre a hierarquia das leis, portanto um Decreto ou Lei Estadual que são inferiores não podem revogar um Decreto Federal. Além do mais, o governo Federal não revogou tal decreto na edição do último pacote, simplesmente suspendeu o pagamento da URP para o funcionalismo público federal por dois meses. Portanto, a nível estadual nós não podemos revogar a URP, como está se propondo. O pagamento da URP para o funcionalismo público federal foi adiado em dois meses e como vai ser o pagamento aqui no Estado do Paraná?

Portanto, cremos nós, que aqui no Estado do Paraná continua em vigor a exemplo do que a nível federal. Então, estas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, são algumas considerações que coloco em apreciação neste projeto em 1ª Discussão que, certamente, vai determinar o futuro mais brilhante ou mais triste para grande parte dos trabalhadores paranaenses, que é o funcionalismo público estadual.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em discussão o projeto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Para discutir) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao longo da nossa permanência nesta Casa de Leis, ouvimos com bastante frequência dizer sobre o passado, analisar o passado e rever o passado, e às vezes eu me pergunto e me questiono se José Sarney é mesmo do PMDB ou se é da ARENA ou é do PDS. Eu já não sei se o Prisco Viana é do PMDB, do PDS ou Toninho Malvadeza a que partido pertence. Só sei que não pertencem ao PDT, porque este surgiu em 1980, quando esses partidos governavam este País há longo tempo.

Mas, há sempre que se falar e lembrar na política do passado, quando nos posicionamos contra o Parlamentarismo neste País e a favor do Presidencialismo. Era porque entendíamos que os partidos políticos estavam apenas nascendo e assim é com o PT, PDT e assim será com os outros partidos que ao longo do tempo vão conquistando sua identidade.

Fala-se muito que fulano ou cicrano vai deixar o partido do Governo. Outro dia, o "Estado do Paraná" publicou uma matéria a respeito do assunto, fim da novela

sobre os tais históricos que rompem com o Governo Sarney, mas não deixam o Partido de José Sarney.

Se o leitor não conseguiu entender bem a jogada, não se deve pensar que é coisa de política, é malandragem mesmo. Político sério, ou mais ou menos sério, não faz isso. Vamos relembrar alguns fatos: a dita ala que tentou o golpe da comissão de sistematização e, segundo o jornal, teria referendado na Constituição para os demais constituintes a ditadura da minoria, quando outros fatos vieram. Apareceu o Centrão, o Centrinho, o Movimento Progressista, mas o grupo histórico continuou no mesmo rumo do seu partido.

Ameaçaram céus e terras, vieram com golpe militar, diziam que o urutu iria às ruas porém o povo já não vai mais à rua, porque está cansado de tantas promessas, de tantos enganos. Ai, aconteceram as reuniões de lá para cá, jatinhos voando o Brasil afora; hoje, foi a farsa do Plano Cruzado, a garantia de votos que receberam no passado, continuam esperando as coisas mudarem.

Quem rompe com o Governo vai para a Oposição e é lógico, até "malandro agulha" sabe disto.

Há uns 3 ou 4 Ministros autênticos. Será que eles vão deixar o Governo?

Esta a nossa manifestação a respeito da política que se desenvolve neste País, ao longo destes anos que temos conhecimento.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o assunto que interessa hoje, não é discutir mais o desgoverno do PMDB que se implantou neste País. Já não adianta bater em tanto ferro frio, porque este Governo já provou ser incompetente, pois já fez tudo e tudo o que podia de errado nesta Nação.

Por isso, a aflição do povo continua cada vez maior.

Nós não esperamos nada do governo Federal, porque de pacote em pacote arrocha mais o salário do trabalhador, aumentando mais a despesa pública, a mordomia e a corrupção.

Disse bem o Deputado Rafael Greca, dinheiro do Anibal Teixeira que se esparramou por Minas Gerais e por São Paulo; dinheiro para uma cidadezinha que a gente até nunca ouviu falar. Mas o Paraná tem que se sacrificar, inclusive com uma posição política de apoio a um Governo que realmente, não merece, para conseguir alguns trocados em seu benefício.

Minas, São Paulo, nadaram em dinheiro da Secretaria do Ministério do Anibal Teixeira e hoje, a CPI que procura a investigação, e a elucidação dos fatos, é abarancada, conforme disse o nosso Deputado, por ordens que vem lá do Governo.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Lei que é encaminhada a esta Casa, que tira do trabalhador, do servidor público estadual do Paraná o seu direito de antecipação salarial é realmente uma afronta, é um arrocho dos maiores que já se praticou na política econômica, política salarial do nosso Estado, além da sua inconstitucionalidade ser manifesta.

Veja, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Lei que criou a URP, que determinou que antecipação salarial fosse dada a todos os trabalhadores brasileiros é uma Lei Federal, é uma Lei que já provocou arrocho neste Paraná e neste Brasil, já é uma Lei que retirou o direito do trabalhador ao gatilho salarial, mas é uma Lei Federal; é uma Lei Federal e ela tinha que ser respeitada.

Para isso o Governador do Paraná encaminhou uma mensagem regulamentando a Lei.

Dizia a Lei e agora nesta Casa parece-me que só quando a Oposição apresenta alguma emenda é que se olha o vício de origem. Nesta própria Lei já foi aprovada uma emenda que retirou os reajustes salariais a quem ganhasse acima de 100 mil cruzeiros.

Nós sabemos que esta emenda apresentada pelo ex-líder do PMDB era uma emenda inconstitucional, mas ela foi aprovada por esta Casa, pela maioria do PMDB.

Mas essa mesma Lei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em seu art. 8º, dizia que assegurava aos trabalhadores e era extensivo aos servidores civis e militares da União e de suas autarquias a título de antecipação do reajuste mensal de salários, e inclusive do salário-mínimo, pensões, proventos e etc. Vejam bem, a Lei Federal instituiu isso, a Lei Federal que criou como parâmetro a Unidade de Referência de Preços, foi a Lei Federal que estabeleceu as normas que deveriam ser cumpridas pelas entidades inferiores, os governadores, os prefeitos, os presidentes de estatuais. Enfim, todo o Poder Público deve obedecer a Lei, aliás é um princípio constitucional.

Posteriormente, essa Lei que nós citávamos regulamentou a aplicação da Lei Federal, e em nada mudava a não ser a regulamentação dessa Lei. E o que acontece com ela? Hoje vem uma nova mensagem oriunda do Palácio Iguazu que retira do trabalhador o direito a receber o seu reajuste, a sua antecipação salarial, os seus reajustes salariais; e essa Lei é inconstitucional. É uma Lei inconstitucional porque ela fere totalmente uma Lei Federal que regula a matéria.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós temos na pauta um substitutivo apresentado pelo relator que muda todo o projeto original: além de dar condições ao Chefe do Executivo a legislar

através de decreto, ela ainda altera todo o projeto inicial. Ora, é proibido pela Constituição do Estado qualquer modificação em leis, cuja iniciativa seja de autonomia exclusiva do Chefe do Executivo que verse sobre a despesa ou receita. Então, Senhores Deputados, esse substitutivo também é inconstitucional.

Por outro lado, nós temos que analisar ainda a hierarquia das leis, que não foi obedecida e não foi observada pelos que elaboraram o projeto de Lei oriundo do Governo. O Secretário Mário Pereira, Deputado eleito na última legislatura e convocado para ser Secretário da Administração do Estado, disse que o Estado se encontra em "economia de guerra". Diz respeito ao corte de despesa até de material de expediente, mas também não se referiu a nenhum corte na área da comunicação social, não se referiu a corte de investimentos em outras áreas.

Outro dia nós liamos em um jornal que o Governo ainda economizava. Desta feita se referia ao Governo Federal: economizava dinheiro com o salário do trabalhador, mas gastava horrores com banquetes oferecidos aos homens do Governo.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós sabemos que esta matéria vai gerar muita polêmica ainda amanhã e depois. Mas, nós esperamos que, ainda com o tempo que há, que não seja aplicado tamanho arrocho contra o trabalhador, que sejam ouvidas as classes que representam o servidor público estadual fato que foi negado na última reunião da C.C.J. Por isso nós temos confiança que a matéria deverá ser melhor examinada, quando a Bancada do Partido Majoritário estiver em maior número nesta Casa, para ouvir as explicações, a discussão sobre a matéria para não acontecer de dar um mal exemplo como disse o jornal "O Estado do Paraná" outro dia:

"O Governo quer tirar a URP do setor privado. Se o Governo não cumpre as leis, se o Governo viola os mais sagrados princípios constitucionais: por que a iniciativa privada vai ter que respeitar as leis?"

Por isso o nosso apelo à Bancada do PMDB, que cumpra a promessa de palanque fazendo prevalecer, acima de tudo, o direito do trabalhador".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Continua em discussão a matéria. Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, como a maioria da população brasileira, dos parlamentares democráticos,

dos economistas sérios, deste País, já não entendemos mais a linguagem de que salários ou aumentos salariais iguais ou maiores do que a inflação é fator de realimentação da própria inflação.

Esta tese definitivamente surgida das cabeças perversas dos economistas que estiveram no poder durante estes últimos anos, principalmente Roberto Campos e Delfin Neto, que é o que há de mais ortodoxo na economia ou no pensamento econômico, nós também não concordamos.

É claro que para uma economia como a brasileira absurdamente dependente e absurdamente voltada para os mercados externos até pode se pensar que poderia ser fator de inflação. Na verdade nós estamos discutindo e debatendo as conseqüências e não as causas dos problemas brasileiros, dos problemas salariais, dos problemas econômicos, dos problemas do desenvolvimento econômico. Porque o verdadeiro problema deste País é o modelo de desenvolvimento econômico adotado nos últimos 45 anos nesta Nação em que privilegia o envio da produção brasileira para os mercados externos a preços impostos pelos compradores isentos de todos os impostos em detrimento do fornecimento do mercado interno.

É claro que em faltando produtos para o mercado interno e havendo uma demanda maior do que a oferta é fator de inflação. Se não se mudar o modelo de desenvolvimento brasileiro não há nenhuma possibilidade de recuperação econômica e de distribuição de renda.

É eu queria aqui reconhecer que o PMDB, pelo menos o PMDB verdadeiro esteve por algum tempo no poder deste País, que foi de 28 de fevereiro a 21 de novembro de 1986, quando Dilson Funaro era Ministro da Fazenda desta Nação e que adotou uma política econômica e que mudava o modelo econômico deste País onde os setores do capital produtivo estimulados por uma política econômica que os favorecia e canalizavam o capital financeiro, se desenvolveram farratamente. Conseqüentemente, houve a possibilidade de uma distribuição de renda naquele período que chegou a 17% da massa salarial deste País. Aquele, reconheço, era o Governo da política econômica do PMDB. Posteriormente, não reconheço os ministros que lá estiveram como representantes do nosso Partido ou pelo menos os verdadeiros peemedebistas.

O Governo Federal novamente está querendo curar o mal pela conseqüência e não pela causa.

É claro que uma política econômica adotada por ele, recessiva, voltada para o privilegiamento do setor financeiro em detrimento do capital produtivo, voltado para a venda dos produtos brasileiros no

mercado externo em nome da compra de dólares para "honrar" (aspas do orador) o serviço da dívida externa e, no plano interno, subjugado aos interesses de capital financeiro e dos monopólios, deixa estes setores especulativos elevarem uma inflação a níveis como esse que aí está de 20,22, 23, 25% ao mês e em nome dessa inflação é que o Governo tem que remunerar os títulos da dívida pública e a dívida interna.

Portanto, hoje, segundo o economista Décio Munhoz, da Universidade de Brasília, a dívida interna deste País se aproxima dos 80 bilhões de dólares que são remuneradas a níveis da correção monetária, portanto da inflação mais os juros de 12,15, 17 a 20% ao mês.

Aí estão as causas verdadeiras do "déficit" público. Não é o salário que não significa na ordem da contribuição do processo inflacionário, ou dos gastos públicos não significam 5% de estímulo de processo inflacionário; porque ele tem raízes muito mais profundas e são raízes muito mais políticas do que econômicas; política eu digo porque nós tivemos a experiência de 1986, e que um ministro do verdadeiro PMDB numa decisão política cortou o mal pela raiz e uma inflação que ia aos 22, 23% ao mês pode-se tê-la a níveis de deflação.

A primeira vez na História do Brasil!

Portanto, as angústias que atingem o capital produtivo neste País, o trabalho neste País, são de ordem política e não só de ordem econômica.

Mas, este Governo que está aí não está em nome do capital produtivo, micro, pequeno e médio e nem em nome do trabalho no poder; muito ao contrário, ele está em nome destas forças que, por interesse, numa política inflacionária através da especulação que promovem porque são monopolistas tanto no setor financeiro oligopolistas ou no setor de fornecimento dos insumos básicos para a economia.

É muito mais, muito mais grave do que isto não podemos vislumbrar a curto e médio prazo uma saída para esta situação, até porque ainda o agravante da dominação política que sofremos nós temos também uma dominação que é muito pior e que nesse País se cometeu o erro de deixar que a dominação tecnológica imperasse nesta Nação, e que dá a salvaguarda e que dá a carta de alforria aos setores monopolistas da economia para continuarem impondo os seus preços para os setores produtivos e os setores da economia nacional, que estão impedidos de produzirem estes insumos, porque não detêm tecnologia e que o Governo da Velha República, implantado em 1954, derrotado em 1985 é o grande culpado e há que se reconhecer, porque um Governo que

não faz investimentos em educação, em ciência, em tecnologia, em pesquisa, é claro que o seu projeto é levar uma Nação a profunda dependência e conseqüentemente à dominação absoluta que hoje os setores que detêm a tecnologia, principalmente as multinacionais nos impõem.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, as conseqüências também atingem os Estados e os Municípios. As conseqüências de uma política recessiva, de uma política especulativa, que privilegia os ganhos de especulação e não do trabalho, do capital produtivo atingem o Paraná. Está aí a evolução da Receita Pública do Estado do Paraná, proporcionalmente, absurdamente menor do que os períodos anteriores. E o Executivo, diante desta realidade, tem que solucionar os problemas que se impõem. E um destes problemas é o vulto da folha de pagamento do funcionalismo público, que no Paraná representa quase 100% da arrecadação do ICM. E o Governador toma a iniciativa de enviar um Projeto de Lei ao Legislativo, mudando a Lei n° 8592. Propõe o Governador que fica condicionado o aumento do salário do funcionalismo público à evolução da Receita do ICM do Estado do Paraná.

Nós debatemos longamente isto com os nossos correligionários, nossos companheiros Parlamentares. E achamos que realmente inaceitável esta proposição, pois não distingue salário de um a cinco, de um a dez, de um a vinte, de um a cinquenta, de um a cem, de um a duzentos salários. Não distingue. Ao contrário, continua sendo instrumento de concentração de renda.

Por duas oportunidades, por iniciativa da Liderança do PMDB, com a decisão favorável do Governador, sentamo-nos com o Executivo para trabalhar as idéias, para que buscássemos uma saída.

E após três reuniões dos trinta e sete Parlamentares do PMDB com o Governador Álvaro Dias, chegamos à conclusão, Executivo e Bancada do PMDB, de que era possível amenizar os efeitos maléficos de toda esta situação sobre os vencimentos, principalmente os de menor valor.

Sugerimos ao Governador, juntamente com outros Parlamentares do PMDB, que mesmo sendo contra os princípios do nosso Partido, mesmo sabendo que é antieconômico uma medida como esta, nós nos propomos, com a palavra do Governador, manifestada através dos meios de comunicação e assumida com a Bancada do PMDB de que manterá a URP para salários de até 10 mínimos de referência, o que equivale, hoje, a quarenta e nove mil, cinquenta mil cruzados.

É em nome disto que venho a esta tribuna dizer que se voto a favor do Projeto, do substitutivo ao Projeto do Executivo, é confiando na palavra do Governador, que

por nenhum momento podemos duvidar, porque os compromissos assumidos têm sido cumpridos, de que até dez salários mínimos a URP será integral.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fomos também ao Executivo, à Secretaria de Administração para estudar o perfil salarial do funcionalismo público do Estado do Paraná e tivemos os seguintes dados: de que, um salário mínimo no Estado do Paraná, no funcionalismo público, são 830 funcionários. De um a um e meio, são 943, de um e meio a dois, são 5.733, de dois a dois e meio, são 9.250. De dois e meio a três, são 10.776. Enfim, até dez salários mínimos, são, aproximadamente, 90% do funcionalismo público estadual do Paraná.

Portanto, diante de uma crise como essa e que nós estamos aqui tratando da cura das conseqüências e das causas verdadeiras, mas não podemos nos omitir diante das conseqüências também, já que não temos o poder para solucionar as causas, e da nossa parte, nunca fomos omissos em dizer que o Governo Federal que aí está, é um Governo antipovo, antidesenvolvimento econômico, capital produtivo. Por isso, temos que tratar das causas e aqui estamos para tratar das causas. Votaremos favoravelmente ao Substitutivo do Executivo sim, até porque, o Senhor Presidente, Senhores Deputados, na "Folha de São Paulo", da semana passada e eu tenho muita referência nos setores progressistas da política brasileira, ouvia o Deputado Federal do PT, José Genuíno que está documentado na "Folha de São Paulo": "Não admitir que o Governo Federal extinguisse a URP do funcionalismo público, mas até admitir negociar com o Governo Federal que mantida a URP até 10 salários mínimos para o funcionalismo federal, ele se proporia a negociar".

Portanto, vejo uma luz da esquerda do Partido dos Trabalhadores que, é claro, estão comprometidos com esta maioria que ganha até 10 salários mínimos, que hoje são 50 mil cruzados e que também o perfil do salário federal não é muito diferente disso que aí está. Ouvimos outras vozes, da esquerda e centro-esquerda do PMDB que também se proporia a negociar com o Governo Federal desde que mantida a URP para quem ganha até 10 salários mínimos. Sendo Senhor Presidente, Senhores Deputados, favorável ao congelamento dos altos salários, como nós ganhamos aqui na Assembleia Legislativa, e nós assumimos o compromisso com o povo do Paraná e com a Imprensa, de que, adotada a legislação, o salário dos parlamentares também não evoluirão mais do que o índice estabelecido pelo Executivo, e digo mais, até os salários, este é o compromisso do Governador, através do Secretário Mário Pereira que nos mostrou

essa fórmula na reunião da Bancada, e o compromisso também é de que para salários acima de 51 mil de referência, haverá um efeito cascata para a correção dos salários, até 150 mil cruzados.

Isso quer dizer, na fórmula mostrada por ele para a Bancada do PMDB é de que quem ganha 51 mil cruzados terá 99% da URP. Quem ganha 52 mil, 98% sucessivamente até ser 1% para quem ganha 150 mil cruzados.

Aqui está, Senhor Presidente, quem ganha mais de 50 mil cruzados no Estado do Paraná, no funcionalismo público: são 1.355 funcionários. Quero dizer aqui, com tranquilidade, que não tenho muita preocupação em legislar para que esses salários não tenham a correção conforme a URP e me incluo entre esses, aliás, faço questão.

Portanto, são nada mais nada menos, do que 1.355 funcionários que serão bastante penalizados e que nós confiamos ainda mais, de que o Governador Álvaro Dias, à medida que houver aumento da receita, ele será o primeiro a tomar a iniciativa de corrigir também esses salários acima de 50 mil cruzados.

Portanto, é em nome deste compromisso, é em nome desta palavra do Governador Álvaro Dias que venho aqui nesta tribuna, assumir o compromisso de votar favoravelmente ao substitutivo que transfere ao Executivo, a competência, para, por Decreto, legislar ou determinar os aumentos salariais, mas com a palavra do Governador de que como peemedebista confio e não poderia ser de outra forma, porque eu o conheço muito bem, de que será mantida a URP.

Eu consulto a Mesa se é possível conceder aparte, tendo em vista que é em Discussão.

O SR. RAFAEL GRECA - Aparte- Deputado Paulino José Delazeri, tem Sua Excelência autoridade para falar em confiança à esta Assembléia, porque não pediu prorrogação do Mandato do Presidente José Sarney, tampouco, esposou a idéia continuísta do Presidente José Sarney.

No entanto, temo que a sua autoridade diminua, na proporção direta em que Sua Excelência coloca seu pronunciamento, em alguns parágrafos eivados de razão, em outros me permita que discorde, Vossa Excelência coloca, a culpa da defasagem salarial, da reposição salarial, nos economistas de cabeça perversa no Poder nos últimos anos.

Me parece que o nosso mandato vem depois de 1986. E, portanto, é o nosso compromisso, discutir a política econômica do País, de depois de 1986, ou seja, nós somos os desiludidos do Plano Cruzado.

E, nós devemos discutir a política

econômica do País, depois do Plano Cruzado. Se a perversa cabeça dos economistas do passado, ainda povoa e faz com que os Ministros do PMDB, psicografe a sua teoria econômica, ou até com que o nosso Secretário de Estado da Administração, o nosso Secretário de Estado da Fazenda, ou até o nosso Governador, psicografe essa gente já morta pelas eleições e sepultada, nós temos o dever, enquanto Assembléia, de corrigir esta perversidade.

Pede Sua Excelência que a Assembléia aceite a palavra do Governador Álvaro Dias, e delegue ao Senhor Governador, o direito e a responsabilidade de definir a política salarial do Estado.

Veja nobre Deputado, de repente, nós temos duas coisas sendo medidas nesse momento histórico aqui nesta Casa do Povo do Paraná.

A primeira coisa, é a confiança no Senhor Governador, isso o futuro dirá.

Mas a segunda coisa que eu acho, reputo mais importante, é a confiança do povo e dos funcionários em nós outros, os seus Deputados, porque é que nós devemos delegar ao Senhor Governador esta responsabilidade? Perceba, seria mais fácil para esse Deputado de oposição, se caráter não tivesse, deixar que avançasse a discussão e o equívoco hoje, e jogar nas costas do Palácio Iguazu, toda a responsabilidade da política salarial do Estado.

No entanto, é aí que eu discordo de Sua Excelência, eu não entendo que assim deva ser.

Eu entendo que nós devemos exaustivamente, cansativamente, com responsabilidade, trazer para dentro da Assembléia, o debate da questão salarial. Claro, eu podia perfeitamente enfrentar as assembléias dos funcionários daqui para frente, dizendo: Entendam-se com o PMDB, a culpa é do PMDB, podia mandar fazer um adesivo até a culpa é do PMDB, e usá-lo no meu automóvel. Dentro da responsabilidade do meu mandato, eu apelo a Sua Excelência e aos Senhores Deputados, para que nós não transformemos a Assembléia na bacia de Pilatos. Era isso, e só isso.

O Sr. Paulino Delazeri - Eu agradeço o aparte e desejo dizer que é uma reflexão muito importante para que olhemos para o futuro. Agora, não tenho dúvida, Deputado Rafael Greca, que se não olharmos o passado nós não teremos referências para as ações do presente e do futuro. O passado tem de ser absurdamente memorizado para que não cometamos os mesmos erros que cometemos durante todos esses anos.

O Sr. Rafael Greca - E é do passado, nobre Deputado, só para completar por favor, é do passado que vem o eco do brioso e valo-

roso programa do PMDB, quando dizia da importância do salário móvel. Se me permite Sua Excelência, "o PMDB defende o salário móvel, considera que a reposição do poder de compra do salário deve ser feita cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse 10% como forma de evitar que a desvalorização da moeda anule os efeitos dos reajustes nominais sobre o poder aquisitivo dos trabalhadores".

Também é do passado que vem o eco já publicado em português, do Senhor Mickail Gorbachov, ele o líder de um partido único, ele o celebrado príncipe controlador dos meios de comunicação de seu país, dizendo o seguinte: "Nós devemos prestar atenção quanto a mentalidade do nivelamento de salários. O desequilíbrio entre a quantidade de trabalho e de consumo que se transforma em algo parecido é uma trava de freio, obstrui o crescimento da produtividade do trabalho e também leva a distorção do princípio da justiça social."

É o mesmo Senhor Gorbachov que diz: "A propaganda do sucesso real ou imaginário quando ganha terreno prejudica. Os elogios e o servilismo passam a ser encorajados, e as necessidades e as opiniões dos trabalhadores comuns são geralmente ignoradas. A cultura, as artes, o exercício da crítica, os métodos de ensino e de exercício profissional são continuamente influenciados por um processo onde o partido estimula a mediocridade, o formalismo e o panegírico".

Sabe Vossa Excelência o que é panegírico, por certo? É o elogio dos santos, aquele elogio que se faz quando os santos estão para serem alçados aos altares. E o panegírico retumbante vem à tona. A apresentação de uma realidade sem problemas, pode ser um tiro que sai pela culatra.

E no caso da Rússia ele fala no pretérito: "A apresentação de uma realidade sem problemas, foi um tiro que saiu pela culatra. Era uma cisão entre palavras e atos que gerou uma passividade no público e a descrença nos lemas proclamados."

De repente, Deputado, o passado nos dá a grande e grave lição, de que nós não podemos transformar a Assembleia na bacia de Pilatos.

Era isso.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Eu só digo,

Deputado Rafael Greca, que lhe deixo inteiramente à vontade para defender os funcionários públicos do Estado do Paraná que ganhem mais de 10 salários mínimos de referência. Eu me sinto perfeitamente à vontade, neste momento, nesta conjuntura que está aí para defender como fiz, e os meus Pares são testemunhas, na reunião com o Governador que não podemos, mesmo estando administrando as consequências de uma

política perversa que aí está, e que reconhecemos, em nome do PMDB porque são as velhas forças da sua agremiação partidária, que Vossa Excelência pertenceu e que certamente

O SR. RAFAEL GRECA - Ora, Deputado, saia desse discurso. Venha para o PDT. Venha falar o discurso do povo. A minha agremiação partidária. Ora, por favor.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - Eu lhe deixo à vontade, portanto, para defender esses assalariados, que eu estou muito mais preocupado neste momento em defender estes 90% que apresentam problemas e que eu tenho responsabilidade em encaminhar a solução dele.

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado Paulino Delazeri, só lembrando, o Deputado Rafael Greca falou no PDT novo, do novo PDT de Ademar de Barros de São Paulo.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - É, eu diria até mais, Deputado Paulo Furiatti, que o quadro partidário que está aí na verdade é alguma coisa absurdamente distorcida e o PDT não está fora disto e inclusive o PMDB não está fora disto. Que o Centrão que lá está na sua absoluta maioria são os quadros que estiveram até ontem fazendo eco ao Médici, fazendo eco ao Delfin Neto, ao Roberto Campos, a Ney Braga, aqui no Paraná, companheiros do Deputado Rafael Greca, e não é demérito nenhum isso, é uma conjuntura momentânea que se apresentava.

Portanto essa é a nossa posição, é em cima do compromisso do governador Álvaro Dias que nós acreditamos e estaremos votando favorável a esse substitutivo que preserva até 10 salários mínimos de referência e que tem um efeito cascata até salários de 150 mil cruzados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está encerrada a discussão. A matéria está em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Vossa Excelência tem a palavra para encaminhar, por 10 minutos.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu agradeço Senhor Presidente, e eu imagino que não precise de mais de 10 minutos para encaminhar essa votação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a discussão é a do salário móvel e da reposição salarial. O Deputado Paulino José Delazeri, objetivando a assertiva deste Deputado, quando discutia a matéria, disse

que me deixava à vontade para defender a reposição salarial de quem ganha mais no Estado. Pois eu defendo, porque acho que o valor do trabalho deve ser, pago igualmente a todos e não se trata de defender aumento para quem ganha mais, se trata de defender reposição salarial para quem ganha mais. Eu peço a reposição salarial para os Juizes de Direito, para os Desembargadores, eu peço a reposição salarial para os técnicos de alto nível, para os professores, eu peço a reposição salarial para os engenheiros rodoviários, para os médicos sanitários, porque eu não entendo essa proletarização de discurso vazio, não entendo, a partir do momento em que nós, os representantes do povo, temos também uma posição salarial privilegiada e saída, inclusive, saída do teor das leis que se pretendem colocar ao arbítrio do Senhor Governador.

Eu imagino, a reposição salarial ser necessária...

O Sr. Paulino José Delazeri Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Eu lhe concedo, Deputado Paulino José Delazeri, tem sua Excelência o aparte. Ah! não! No encaminhamento não cabe o aparte, me desculpe, eu teria prazer de conceder, mas o Regimento não permite.

O que eu duvido Senhor Presidente, o que eu duvido, é que seja constitucional, o que hoje nós estamos votando, porque há que se considerar que a Constituição da República preceitua como de competência privativa do Poder Executivo, a iniciativa de leis que fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, que a Constituição Estadual, no seu artigo 35 consagra o princípio acima exposto, que o mesmo diploma Estadual, no seu artigo 25, parágrafo 1º, alínea B, preceitua que é de competência exclusiva do Governador a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira e que aumentem vencimentos ou a despesa pública; e que a emenda substitutiva geral, apresentada ao projeto de lei que dispõe que o Poder Executivo por decreto, poderá conceder reajustes a título de antecipações salariais aos servidores, é absolutamente inconstitucional, porque não tem o Senhor Nereu Carlos Massigan, muito menos a Comissão de Constituição e Justiça, o Poder de fazer emenda neste sentido.

Eu imagino, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós estamos incorrendo com essa emenda substitutiva, no vício da inconstitucionalidade e da ilegalidade. Se o Governador quer por decreto, definir a política salarial do funcionalismo, que mande para a Assembléia um diploma: onde

ele pede que, por decreto, lhe seja conferido o direito de definir a política salarial do funcionalismo. No atual areabouço de leis, isto se lhe faculta.

Outra coisa, é muito grave que nós estejamos colocando em votação e nos predispondo até a aprovar um projeto de lei, um projeto de lei que dá ao Governador o completo arbítrio da política funcional, da política de remuneração do funcionalismo do Estado, depois que o Governador, no teor da mensagem que enviou a esta Casa, já disse que vai trair o programa do FMDB, no que diz respeito ao salário móvel e à reposição salarial, em cada vez que aumente de 10% a inflação. Ainda mais quando, no original da sua mensagem, o Governador diz: "Os índices de reajuste de que trata a presente lei, não poderão suplantar aqueles da Unidade de Referência de Preço e quando menores que os índices desta, não deixarão parcelas a serem consideradas em futuros reajustes".

Ora, está claro o arrocho, não deixarão parcelas a serem consideradas em futuros reajustes. Eu não falo para a platéia dos poucos funcionários que nos vêm assistir, eu imagino que falo para os homens investidos de responsabilidades, de definir os rumos do Paraná. Eu falo para o plenário da Assembléia e eu, ao encaminhar esta votação peço aos Senhores Deputados que pensem muito porque nós passamos a consagrar o seguinte. O princípio de ganhar pelo congelamento e pagar pela escala móvel. Nós estamos consagrando o princípio de fazer o povo ganhar pelo congelamento, a lição do plano cruzado, a lição da grande Bancada nessa Casa, da grande Bancada no Congresso Nacional, a lição que fabricou o Centrão. O princípio de ganhar pelo congelamento e de pagar pela escala móvel.

Vez por outra Senhor Presidente, Senhores Deputados, pode ser que a mídia aconselhe o Governador um dia em Palácio quando sua popularidade decair, fazer sobre os Deputados grafar o mesmo princípio. Que tal nós ganharmos pelo congelamento e pagarmos pela escala móvel.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Está em votação a matéria.

Os Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito cha-

mada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados. O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) Procede a chamada nominal.
(É interrompida a chamada nominal).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa vai proceder a verificação de votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere. O Senhor 1º Secretário continuará com a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) Continua a chamada nominal.
(É interrompida a chamada nominal).

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requero chamada.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Trinta e seis Senhores Deputados responderam a chamada.
Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente.
Eu gostaria de saber como vota a Mesa?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A votação da Mesa é favorável à matéria, Excelência.
Os Senhores Deputados que rejeitam a matéria queiram levantar-se.
Vinte e três aprovam, nove rejeitam, está Aprovado o projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente.
Eu gostaria que fosse registrado os votos contrários do Deputado Algaci Túlio, Deputado Rafael Greca, do Deputado Valderi Mendes Vilela, do Deputado Antônio Belinati, do PDT, do Deputado Basílio Zanusso, do Deputado João Arruda, do Deputado Alexandre Ceranto, do Deputado Antônio Costenaro, do Deputado Pedro Tonelli, do PT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Obedecemos a ordem, está em discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 07/88, Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei n. 337/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 116/87, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado.

Ofício nº DTL/258/87

Curitiba, 30 de dezembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 275/87, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 337/87, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a autorização concedida ao Poder Executivo para instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na cidade de Cascavel, neste Estado, mediante transformação da Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná, tendo o veto apostado incidido sobre o seu art. 8º, que estendeu a autorização no sentido de permitir a criação, também sob a forma de Fundação, da Universidade Estadual do Noroeste, com sede no Município de Umuarama.

A negativa de sanção ao mencionado dispositivo decorrente de emenda parlamentar ao projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental nº 116, de 16.11.87, justifica-se por conter vício de inconstitucionalidade, já que fere a norma do art. 25, § 2º, alínea "a" da Constituição Estadual, a qual veda, nos projetos oriundos da competência exclusiva do Governador, a admissão de emendas que aumentem a despesa prevista. Também por contrariar o contido no Decreto nº 1835, de 19 de novembro de 1987, através do qual foi criada Comissão específica para planejar, conforme o interesse público, a "expansão" do ensino superior estadual, mediante análise das deficiências do sistema e sugestão de ações específicas, como informou o Senhor Secretário Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia pelo Ofício nº 1.149/87/GAB.SEET.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

Proposição: Veto Parcial nº 07/88 ao Projeto de Lei nº 337/87. Origem: Executivo Estadual.

I. O Senhor Governador do Estado, invocando a prerrogativa constitucional (art. 47, inc. III e, art. 28, § 1º) vetou parcialmente o projeto supra nominado incidindo sobre o artigo 8º que "estendeu a autorização no sentido de permitir a criação, também, sob a forma de Fundação, da Universidade Estadual do Noroeste, com sede no Município de Umuarama", decorrente de emenda parlamentar de autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa.

II. As bem fundamentadas razões do veto, além do vício constitucional (não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista), invocam o Decreto Estadual 1835 de novembro de 1987 pelo qual se criou comissão específica para planejar, conforme o interesse público, a expansão do ensino superior estadual.

III. O veto deve ser mantido pelas relevantes razões expostas.

É o parecer. S.M.J.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu solicitei a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O Deputado Nilton Barbosa tem a palavra.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

No ano passado, no primeiro ano da nossa Legislatura, nós tivemos a oportunidade de, diversas vezes aplaudir atos do Senhor Governador do Estado. Isso, não poderia ser diferente. Era exatamente o que nós esperávamos. Aplaudimos quando o Senhor Governador instituiu a gratuidade do ensino, nas escolas estaduais, primeiro, segundo e terceiro graus. Aplaudimos o Senhor Governador, quando enviou para esta Casa, a sua Mensagem ao Projeto de nº 337, que criava a Universidade do Oeste do Es-

tado.

Mas, no mesmo momento em que aplaudíamos esses atos, essas decisões do Senhor Governador, nós nos questionávamos, nos indagávamos sobre como ficaria a região, que para cá nos mandou, para ser, ao lado do Deputado Nelson Vasconcellos, ao lado do Deputado Alexandre Ceranto, ao lado do Deputado Dirceu Manfrinato, um dos seus representantes.

Vimos nós, o favorecimento dos atos do Governo à Região de Londrina, à região de Ponta Grossa, de Maringá, de Cascavel do Oeste, e perguntávamos, como é que ficaria a nossa região, sem gozar dos mesmos benefícios, sem ter a nossa juventude os mesmos privilégios.

Dai, então, entramos com a Emenda ao Projeto do Governo, de nº 337/87, que criava a Universidade do Oeste do Paraná. Tivemos a felicidade, tivemos a compreensão de alguns Parlamentares da nossa Bancada e o apoio maciço dos companheiros dos outros Partidos, da Oposição, que nos deu alegria; alegria vivida por nós e vivida ao mesmo tempo, pelos amigos da nossa região, de termos a nossa Emenda aprovada.

Nós entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a situação porque passa o país, a situação porque passa o Paraná e perto de vermos a situação porque passam os municípios do nosso Estado. É difícil, é difícil para todos nós. Mas, se de um lado o benefício da instituição da gratuidade do ensino em algumas regiões, nós não podemos entender que, nesta crise em que vivemos, os jovens da nossa região façam greve, como fizeram há poucos dias na cidade de Umuarama, por não terem condições de pagarem as altas taxas das faculdades de Umuarama. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós entendemos que a nossa emenda é discutível, porque entra exatamente no setor que o Governo tem que investir. Mas, se investe em outras áreas, sabendo nós da sensibilidade que tem o Governador Álvaro Dias, principalmente em se tratando da educação, nós gostaríamos de abrir a discussão para que se crie ou para que se leve a condição aos jovens da nossa região, da região de Umuarama, terem a condição do ensino público e gratuito.

Nós sabemos que é difícil a posição de alguns companheiros de votarem conosco na matéria. Mas, a nossa região que é ampla, que é aberta, existem diversos companheiros durante a caminhada, a jornada política, vão lá, visitam os municípios, dizem os seus pensamentos de trabalho para a região, buscam os seus votos e nós gostaríamos de contar com estes companheiros, votando não contra o Governo, mas votando a favor de uma região, onde há uma juventude toda, precisando ir para a sala da faculdade, mas que a maioria não vai por não

ter condições financeiras de bancar os altos custos dos mercenários do ensino! Dos mercenários da educação, que saem lá do Estado de São Paulo para montar faculdade em Umuarama; sacrificando pai, sacrificando a mãe, sacrificando a família, sacrificando a nossa juventude, porque querem eles ter acesso e não podem, porque os mercenários do ensino, os mercenários da educação lhes tiram esta oportunidade.

Por isso, meus companheiros de região, amigos que foram lá buscar os seus votos para vir para cá. Mas, para ajudarem a também defender a região.

Meu amigo de Umuarama, Nelson Vasconcellos; meu amigo, Dirceu Manfrinato, de Cianorte; meu amigo, Paulo Furiatti, Paulino José Delazeri, Eduardo Baggio, Antônio Bárbara, Alexandre Ceranto, Werner Wanderer, que não está, meu amigo Basílio Zanusso, todos nós, que lá, naquela região buscamos votos. Meu amigo José Felinto, que passou por Umuarama, buscando seus 700, 800 votos. Nosso amigo Pedro Tonelli, que teve seus votos em Doradina e que está agora estendendo a área, nós precisamos que todos estes companheiros, que por lá passaram, buscaram seus votos, digam agora para a região: os votos que vocês me deram é a palavra que eu digo sim! Nós queremos a Universidade do Noroeste do Estado com sede em Umuarama. Porque nós queremos dizer: região, a Assembléia existe, vocês nos mandaram, nós estamos trabalhando por Umuarama, por toda a região.

Convido vocês, meus amigos, convoco, para que votemos juntos. Não contra o Governo, mas a favor da nossa região.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa, que somos perfeitamente favoráveis ao ensino público e gratuito em todos os níveis, inclusive do Noroeste do Paraná.

Agora deixo registrado aqui o nosso ponto de vista, de que Universidade não se cria sem o debate sem o envolvimento da comunidade regional. Uma universidade nascida de cima para baixo jamais será universidade voltada para a solução dos problemas de uma região. Se votamos favoravelmente, encaminhamos a luta da Universidade do Oeste, foi com todos os da comunidade da Região Oeste do Paraná, foram com os Prefeitos, estudantes, o corpo docente, a comunidade em geral a esta universidade se nascesse aqui, fruto de uma votação inconstitucional, seria uma universidade artificial, deixo registrado ao meu amigo e Parlamentar Nilton Barbosa, que estou à disposição do Noroeste, à disposição do Nilton Barbosa, para contri-

buir, para o debate lá na Região Noroeste do Paraná para que se desenvolva, a partir da base, o nascimento, a reivindicação, a forma da universidade do Noroeste do Paraná. Favoravelmente à universidade do Noroeste, mas contra a votação do projeto inconstitucional que não reflete neste momento a mobilização da região.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nós queremos na oportunidade em que este Plenário aprecia o veto apostado pelo Senhor Governador do Estado, ao Projeto de Lei 337 de autoria do Executivo e que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com sede e foro na cidade de Cascavel, mérito do trabalho incansável de poucos representantes daquela vastíssima e rica produtora região do Paraná, tão bem representada aqui nesta Casa, cuja tramitação do Projeto, todos os Parlamentares participaram e votaram, este Deputado, a Bancada do PFL, em particular o Deputado Alexandre Ceranto, manifestam-se favoráveis a rejeição do veto e também em solidariedade ao autor da emenda, que estende benefícios da Universidade do Oeste, a região também, não menos vasta, não menos rica, não menos produtora que o Oeste, a Região do Grande Noroeste do Estado do Paraná, tão sacrificada pela erosão, em virtude da devastação das suas matas e pela erradicação da sua cafeicultura.

Seria uma grande oportunidade ao Senhor Governador do Estado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que sancionasse nesta oportunidade este projeto, na forma que veio, mais a emenda aprovada no Plenário desta Casa pela vontade, quero crer de todos os Senhores Parlamentares, principalmente, Senhor Presidente, após a mensagem do Senhor Governador do Estado nesta Casa, a qual foi aprovada e por ele sancionada, transformando-se em Lei a autorização para que ela institua no Paraná o ensino gratuito nas universidades estaduais.

Ficam todos os estudantes, do Paraná, todas as escolas do terceiro grau do Estado a esperar nas suas regiões, nas suas escolas a mesma atenção do Governador Alvaro Dias, como se isenta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o pagamento escolar aos alunos de Londrina e não se isenta os de Jandaia, se isenta de Ponta Grossa e não se isenta os de Paranaguá, da nossa região, que procuramos representar ao lado do Deputado Eduardo Baggio e de tantos outros companheiros aqui.

Como pode isentar-se os estudantes de Curitiba e não se isentar os de Mandagu-

ri, imaginem Senhores Deputados, o que criou o Senhor Governador do Estado com a instituição da gratuidade do terceiro grau no Estado, quando nós sabemos que a imprensa divulga a pública, que cerca de 50 mil crianças da rede escolar de 1º e 2º graus não tiveram lugares, não tiveram bancos escolares no início do período letivo.

Portanto, Senhor Presidente, nós deixamos aqui, não somente como pretensão a grande Região Noroeste, Paranavaí, a Região do Arerito de Caiuá, que se estende por Umuarama até as divisas do Rio Paraná, mas como paranaenses preocupado com toda educação, não apenas em algumas faculdades, especialmente, aquelas mantidas pelo Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Está em votação a matéria.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, nós ouvimos com muita atenção desde a apresentação do projeto que foi oriundo de uma mensagem do Governador Álvaro Dias, e que foi aprovada nesta Casa a emenda do nobre Deputado Nilton Barbosa.

Na oportunidade se criava a universidade do Oeste do Paraná e a emenda aprovada pela maioria nesta Casa levava à Região Noroeste do Estado o ensino gratuito.

Argumentou o nobre Deputado Paulino José Delazeri que sempre traz bons subsídios às discussões das matérias nesta Casa que não se pode votar numa lei inconstitucional.

Ora, Senhor Presidente, lei inconstitucional já foi aprovada nesta Casa e eu disse há poucos minutos usando da tribuna que foi aprovada uma emenda, nesta Casa na Lei, anterior que regulamentou a aplicação da URP nos Estados, que excluía o projeto do Governador Álvaro Dias era para não pagar o aumento salarial para quem ganhasse acima de 100 mil cruzados, à época, e a ex-Liderança do Governo, do Governo não, do PMDB, Deputado Caíto Quintana, apresentou uma emenda que foi aprovada e o projeto foi sancionado pelo Governador do Estado.

Agora, na hora de se aprovar alguma coisa importante para a região bem representada nesta Casa, conforme disse o Deputado Nilton Barbosa, olha-se se é constitucional ou não.

Na realidade, a vontade do Parlamento é que precisa ser respeitada neste país.

Hoje o Parlamento já não tem a força do passado.

Hoje somos bonecos de todos os Executivos que apresentam seus projetos e determinam a aprovação dessa ou daquela ma-

téria.

Está na hora, Senhor Presidente, desta Casa demonstrar a verdadeira força que possui através dos votos conseguidos com os eleitores do Paraná, vetando, rejeitando o veto apostado pelo Governador do Estado.

Não é criar uma Universidade sem os cuidados necessários.

O Deputado Nilton Barbosa tem todo o respeito do parlamento quando ele apresenta, ele não é nenhum incompetente, ele foi eleito pela vontade de muitos eleitores daquela região e ele faz muito bem em defender sua região quando apresentou uma emenda criando esta Universidade.

Nesta oportunidade, Senhor Presidente, a Bancada do PDT, representada pelos Deputados Algaci Túlio, Rafael Greca de Macedo, Antônio Belinati e Valderi Mendes Vilela irá votar contra o veto apostado pelo Senhor Governador do Estado.

Nós entendemos que a vontade do Parlamento deve ser respeitada. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em votação a matéria. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. (Pausa). O Projeto está rejeitado. Mantido o veto.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Eu queria que a Mesa registrasse o meu voto contrário ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Registre-se.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, questão de ordem. Nós também... (conversas paralelas) não entendemos a forma como foi colocada a votação. Por favor, se pudesse repetir.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - É inversa. Foi colocada de maneira correta.

É que o processo de votação é inverso. (Discussões paralelas). Por ordem, Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, só gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Anote. (Discussões paralelas). As Bancadas de

Oposição, anote.

O Sr. Algaçi Túlio - Gostaria de registrar meu voto contrário, ao veto.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é matéria vencida.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) As bancadas de Oposição, anote para efeito.

O SR. EDUARDO BAGGIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicito a verificação de votação e a matéria não está vencida.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A matéria é vencida.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu solicito de Vossa Excelência que anote o meu voto contrário.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, a pedido do nobre Líder do PFL, tendo em vista que houve dúvidas, também que seja registrado o voto contrário da Bancada do PFL. É o requerimento nosso a Vossa Excelência.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, tudo bem está registrado. Mas eu indago à Mesa quantos votos contrários foram registrados. Eu questiono à Mesa porque foram registrados votos contrários e eu gostaria de saber quantos votos foram contrários.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa, para atender Vossa Excelência, não tem outra saída a não ser proceder à verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Então, não terminou a votação. Não é matéria vencida. Eu questiono à Mesa: terminou a votação, se não pode pedir verificação de votação, eu gostaria de saber quantos companheiros votaram favoráveis ou contrários. Por que não é em seguida à votação que se pede verificação de votação?

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Real-

mente a Mesa democraticamente se vê forçada a proceder à verificação de votação, porquanto durante o período de votação praticamente houve unanimidade, já que nenhum dos Deputados manifestou-se da maneira que foi proposta a votação. Se rejeitando o projeto, mantido o veto. Os senhores Deputados que aprovam o projeto, foi dito, queiram levantar-se e todos permaneceram sentados, e o Projeto foi rejeitado, naturalmente mantido o veto. Diante, portanto, das dúvidas suscitadas, nós vamos proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

Fazemos um esclarecimento ao Plenário: a votação de veto é feita de maneira inversa. Quem aprova o projeto, derruba o veto; quem rejeita o projeto, mantém o veto. Portanto, quem quiser manter o veto do Senhor Governador, fique sentado; quem quiser derrubar o veto do Senhor Governador, levante-se.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto e queiram derrubar o veto, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam o Projeto, queiram levantar-se. Dezoito Senhores Deputados rejeitaram o Projeto. Está, pois, mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 08/88, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei n. 150/87, de autoria dos Deputados NELSON VASCONCELLOS e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina Senador Flávio Carvalho Guimarães, a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa - Castro - Piraí do Sul - Jaguariaíva - Sengés. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado.

Ofícios:

Ofício n. DTL/13/88

Curitiba, 04 de janeiro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 222/87, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n. 150/87, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo em seu art. 1º, sobre a denominação da Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa - Castro - Piraí do Sul - Jaguariaíva - Sengés; e no seu art. 2º, sobre a denominação da Rodovia PR-427, que liga Lapa a Campo do Tenente, tendo o veto aposto incidido sobre esse segundo dispositivo.

A negativa de sanção ao mencionado

art. 2º da proposição justifica-se pelo fato de já ter o trecho nele referido de denominação dada pela Lei Estadual n. 7219, de 17 de outubro de 1979. Esta lei denominou a Rodovia em questão, que liga os Municípios de Campo do Tenente e Porto Amazonas, abrangendo, portanto, o trecho de Lapa a Campo do Tenente, objeto do dispositivo vetado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

A Proposição n. 08/88, originada pelo Ofício n. 13/88, do Governo do Estado, no qual dispõe sobre as razões que levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei n. 150/87.

O Projeto de Lei n. 150/87, no seu artigo 2º diz "Fica denominada Darcy Borges da Silveira a rodovia PR-427, que liga Lapa a Campo Tenente", foi vetado em virtude da Lei n. 7.219, de 17 de outubro de 1979, já haver denominado a referida rodovia de "Antônio Lacerda Braga".

Cabe aqui ressaltar que o artigo vetado foi objeto de emenda substitutiva apresentada em Plenário, e não foi devidamente apreciada por esta Comissão, razão pela qual esta Casa aprovou o projeto de lei com teor de lei já existente.

Examinando o aspecto legal e constitucional da presente proposição nada existe a opor, pois o processo cumpre as normas estabelecidas no Art. 28 e §§ 1º e 5º da Constituição Estadual, no que diz respeito aos prazos de tramitação.

O parecer é Favorável à manutenção do veto parcial, estando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
GERNOTE KIRINUS
Relator

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se. Vinte e um Senhores Deputados rejeitam o projeto. O veto está mantido.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 127/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que veda a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais, que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. Aprovado. (Public. no DA. n. 77, de 03.08.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 340/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASFOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE CANDÓI, com sede e foro na localidade de Corvo Branco, Distrito de Candói, Município de Guarapuava. Aprovado. (Public. no DA. n. 134, de 17.11.87).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 110/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, com sede e foro no Município de Santa Cecília do Pavão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 284/87, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE SÃO JORGE, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 338/87, de autoria do Deputado Alexandre Ceranto, que declara de Utilidade Pública a TENDA ESPÍRITA SÃO JORGE E SANTA BÁRBARA, com sede e foro na Cidade de Umuarama. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 346/87, de autoria do Deputado José Alves, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA - A.P.M.I., do Distrito de Água Boa, com sede e foro na Cidade de Paçandu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 21/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 38/88), que autoriza o Poder Executivo a alienar a Silvestre Dresch, na forma do Art. 21, inciso VIII "C", da Constituição Estadual a área de terras descobertas com 126,32 hectares, constituídas pelos lotes n. 146, 148, 149, 151, 44-A e 45-A e a chácara n. 259-A integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranavaí, Comarca de Nova Londrina. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.I.C.

por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem- Senhor Presidente, registre-se meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Registre-se.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 22/88, (Mensagem n° 22/88- Ex-Proposição n° 31/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos Aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Fazenda, e os Municípios que especifica, objetivando dar continuidade à construção de prédios a serem destinados às respectivas agências de rendas locais. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 363/87, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES DESAMPARADAS E MARGINALIZADAS, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 381/87, de autoria do Deputado Quiêlse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, com sede e foro no Município de Mandirituba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei n° 381/87. Rejeitado.

Em votação o Projeto. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n° 386/87, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que declara de Utilidade Pública, o CENTRO ESPÍRITA BENEFICENTE UNIAO DO VEGETAL PRÉ-NÚCLEO COSMO E DAMIAO, com sede e foro em Brasília- DF, tendo o seu pré-núcleo nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 06/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública o INSTITUTO MAE DE MISERICÓRDIA DAS IRMÃS SERVAS DOS POBRES, com sede e foro nesta Capital.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 13/88, de autoria do Deputado Homero Oguidó, que denomina de Hospital Doutor Anísio Figueiredo, o Hospital da Zona Norte, localizado na região dos cinco conjuntos de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 25/88, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública o CENTRO EDUCACIONAL LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 35/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que eleva o número de Vereadores da Câmara Municipal de Piraquara, passando a contar a partir da próxima Legislatura com 13 (treze) Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 46/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, que declara de Utilidade Pública a U.F.U.- UNIAO FRATERNAL UNIVERSAL, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 10, de 15.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 046/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a UFU- UNIAO FRATERNAL UNIVERSAL, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 47/88, de autoria do Deputado Homero Oguidó, que declara de Utilidade Pública a CASA DO BOM SAMARITANO INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, com sede e foro no Mu-

nicipio de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 10, de 15.03.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 047/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Homero Oguido, objetiva o presente plano de lei, declarar de Utilidade Pública a CASA DO BOM SAMARITANO- INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, com sede e foro no Município de Londrina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
DAVID CHERIEGATE- Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 48/88, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DA PEQUENA MISSÃO PARA SURDOS, com sede e foro na Cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 11, de 16.03.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 048/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Homero Oguido, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DA PEQUENA MISSÃO PARA SURDOS, com sede e foro na cidade de Londrina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela Legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
VALDERI MENDES VILELA- Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 49/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Gary Lee Stewart- Imperator da Ordem Rosacruz- AMORC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA n° 11, de

16.03.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 049/88

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Gary Lee Stewart.

Este plano de lei está devidamente justificado conforme preceitua o regimento interno e sua legalidade está embasada na Lei° 5.638, de 13 de setembro de 1967, que regulamenta as condições essenciais para a Concessão de Benemerência ou Cidadania Honorária Paranaense.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR- Presidente
DAVID CHERIEGATE- Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 50/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública o "TEMPLO CURITIBA DO AMANHECER", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n° 11, de 16.03.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 050/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Paulino José Delazeri, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública o "TEMPLO CURITIBA DO AMANHECER", com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
VALDERI MENDES VILELA
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 004/88, (Mensagem n° 002/88 Ex-Proposição n° 011/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio ce-

Curitiba, terça, em 12.04.88

lebrado em 25.11.87, entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, através do Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação, objetivando ação conjunta no sentido de que, com recursos do "Programa Nacional de Irrigação", e do próprio Estado, sejam realizados Cursos de Capacitação de Técnicos para elaboração e execução de Projetos de Irrigação, Drenagem e Sistematização, bem como para aquisição de máquinas e equipamentos destinados a tais atividades. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 005/88, (Mensagem nº 003/88 ex-Proposição nº 012/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 04.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Município de Pranchita, objetivando a participação do referido Município na execução do Programa Estadual de Manejo Integrado de Solos - PMISA. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/88, (Mensagem nº 004/88 ex-Proposição nº 013/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 09.07.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de Colorado, Guairacá e Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/88, (Mensagem nº 005/88, ex-Proposição nº 014/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Termo de Cooperação nº 06/87 - COMEC, celebrado em 02/10/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a participação da COMEC, e o Município de CURITIBA, com interveniência do IPPUC, objetivando aplicação de recursos financeiros no Município, relativos ao IV Programa de investimentos em transportes Urbanos - EBTU/Banco Mundial/Governo Estadual, conforme especifica. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/88, (Mensagem nº 006/88, ex-Proposição nº 015/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 23/09/87, celebrado em 02/10/87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desen-

volvimento Urbano e Meio Ambiente, e sua vinculada Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os Municípios de MARIALVA e PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 009/88, (Mensagem nº 007/88 ex-Proposição nº 016/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios celebrados em 27.10.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 010/88, (Mensagem nº 008/88 ex-Proposição nº 017/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 24.02.87, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente SUCEAM, e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 011/88, (Mensagem nº 009/88 ex-Proposição nº 018/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 24.02.87, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios que especifica objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 012/88, (Mensagem nº 011/88 ex-Proposição nº 020/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados em 11.02.87, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente sua vinculada Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 013/88, (Mensagem nº 012/88 ex-Proposição

nº 021/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o termo de Cooperação nº 10/87, celebrado em 16.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Curitiba, com a interveniência da URBS, objetivando a concessão de auxílio financeiro ao Município para aplicação em obras no Terminal Metropolitano de Curitiba. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 014/88, (Mensagem nº 013/88 ex-Proposição nº 022/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o termo de convênio nº 33/87, celebrado em 19.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com a interveniência do DER e a Comunidade Indígena de Rio das Cobras, assistida pela FUNAI, objetivando estabelecer condições de passagem da Rodovia PR-473, trecho Foz do Chopim à PR-277, em área do patrimônio indígena. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 015/88, (Mensagem nº 014/88 ex-Proposição nº 023/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade que aprova convênio celebrado em 19.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social e o Município de Medianeira, com os objetivos que especifica. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 03/88, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 108/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL", com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado. Rejeitado o Projeto e mantido o Veto.

Ofício nº DTL/196/87

Curitiba, 09 de dezembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 164/87, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 108/87, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada como de Utilidade Pública, através da Lei nº 7.414, de 04 de dezembro de 1980.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a

essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

VETO

RAZÕES EM SEPARADO

EM 09.12.87

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 108/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 22.10.87.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER:

A Proposição nº 03/88, oriunda do Ofício do Governo do Estado, datado de 09 de dezembro de 1987, dispõe sobre o veto aposto ao Projeto de Lei nº 018/87, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel.

O ofício diz as razões que o projeto de lei foi vetado, justificando que o referido sindicato já está declarado de Utilidade Pública, pela Lei nº 7.414, de 04 de dezembro de 1980.

A proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário da Casa, tendo em vista que o veto apostado encontra-se dentro dos prazos constitucionais (Art. 28, §§ 1º e 5º) e nada existe a opor, razão pela qual nosso parecer é favorável à manutenção do veto.

Sala das Comissões em 05.04.88.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação da Redação Final para os projetos constantes da Ordem do dia da presente sessão, e que não tenham sofrido emendas em sua tramitação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicita voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Libânio. Aprovado. À

Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei nº 206/87, que propõe a concessão de título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Roberto Marinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição da "Carta de Paranaguá", sobre a proposta de criação do Conselho Diretor das instituições de ensino superior do Paraná. Rejeitado.

Em votação. Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, permaneçam como estão. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Deputado Algaci Túlio, Requer a...

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requero verificação de votação do requerimento que exigia a transcrição.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu informo ao Deputado que esta Presidência já tinha iniciado a leitura do novo requerimento. Portanto é matéria vencida.

O SR. PEDRO TONELLI - Não tinha, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) -

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante de expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do documento final da Assembleia Geral dos Pais e Alunos dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Paraná, bem como o envio do documento às autoridades competentes. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, e Secretários de Estado da Educação e Indústria e Comércio, encarecendo a implantação, em regime prioritário, de uma Escola Técnica Industrial, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando registro da matéria publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná", no dia 18 de março

do corrente ano, sob o Título "PDT, o partido de sete novos filiados por dia". Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) -

Com relação ao meu requerimento já votado, alerto a Bancada do PMDB que me parece que é favorável ao aumento abusivo das mensalidades, o referido requerimento, pedia a compreensão das autoridades para que revessem a questão das mensalidades. Parece-me que o PMDB está satisfeito que suba todo o mês a mensalidade.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) Senhor

Presidente, constantemente o Deputado Algaci Túlio tem desrespeitado a Mesa com relação à infração ao Regimento Interno. E atitude como esta, deveria ser repreendida pela Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)

Gostaria que Sua Excelência esclarecesse onde eu infringi, eu lhe pedi a Questão de Ordem e Vossa Excelência me permitiu. Vossa Excelência me responda.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta

Presidência informa que Vossa Excelência não infringiu. Apenas regimentalmente Vossa Excelência pediu uma Questão de Ordem.

Requerimento de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela, requer registro em Ata de matéria jornalística publicada no Jornal "O Estado do Paraná".

Com discussão encerrada.

Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para encaminhar) Dispense, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Continua em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Para

que Vossa Excelência me dispensasse de votar, porquanto Vossa Excelência já inseriu na Ata. Vossa Excelência leu a matéria que está inserida na Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Regimentalmente, esta Presidência pede a votação. Aprovado.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Constituintes Pa-

paraenses, no sentido de que enviem esforços para que seja aprovado o mandato de 4 anos para o Presidente José Sarney. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam revisados os critérios de dotação de recursos às Casas de Estudantes Universitários. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a agilização para a indicação do representante da Previdência Social para o Município de Umuarama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Ministro da Educação e Secretário de Estado da Educação, encarecendo medidas efetivas para se conter os aumentos abusivos nos preços das mensalidades das escolas da rede particular de ensino. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo informações sobre o Programa de Rodovias Rurais/Sudoeste do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à SANEPAR, encarecendo a reformulação de prazo de cobrança das contas de água, reintroduzindo a prática de fazê-lo entre os dias 15 e 20 de cada mês, e não entre os dias 1º e 06 de cada mês. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministro da Agricultura e da Fazenda, Presidente do Banco Central do Brasil, e Governador do Estado, encarecendo a extinção imediata da correção monetária para financiamentos de plantio e custeio dos pequenos e médios agricultores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo maior atenção às reivindicações dos Médicos do

INAMPS. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação de apoio do Plenário da Assembleia Legislativa aos organizadores do "Dia Nacional de Lutas", ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a designação do dia 04 de maio do corrente ano, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado para o Senhor José Rodrigues Lopes Júnior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo providências visando a regulamentação da Lei n. 8.627, do dia 09 de dezembro de 1987. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo 109º aniversário do Município de Palmas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências para a conclusão das obras de construção de poços artesianos nas localidades de Fartura e Farturinha no Município de Vitorino e ainda no Distrito de Barra Grande, Município de Itapejara d'Oeste e inúmeros poços em todo o Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo 81º aniversário de Fundação do Município de Carlópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo 88º aniversário de Fundação do Município de Jacarezinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Corretor". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expe-

diente, de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Jornalista", ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia Mundial de Combate ao Câncer". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia do Médico Legista". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Luiz Antônio Setti, Anibal Khury, Eduardo Baggio e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, aos Senhores Ministros da Indústria e Comércio e da Fazenda, e ao Senhor Presidente do IBC, encarecendo providências no sentido de amenizar a crise na cafeicultura. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, encarecendo a viabilidade da instalação de uma Escola Técnica Federal, bem como cursos técnicos de nível médio, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que os Módulos Policiais existentes na Capital voltem a contar com viaturas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pelo transcurso do "Dia do Médico Legista", ocorrido no dia 07 de abril do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Senhor Mauro Saldanha Baruque, pela sua investidura como Presidente da Associação de Instituições de Metrologia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta do Projeto de Lei n. 55/88, constante da Or-

dem do Dia, para que o mesmo seja o primeiro. Retirado pelo Autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 11/85. Deferido.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição da matéria publicada pelo Jornal "Indústria e Comércio", intitulado "Na Assembléia Legislativa, mais um ato covarde". Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Para encaminhar, concedo a palavra a Sua Excelência o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Simplesmente estou pedindo a transcrição nos Anais da Casa para que fique registrado em documento oficial deste Legislativo, para que posteriormente, possamos progredir e termos um parâmetro para acompanhar, digo, para comparar, para que não tenhamos mais atos absurdos que aconteçam com integrantes deste Parlamento.

Somente por este motivo é que gostaria que fosse oficialmente registrado nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Está em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para uma questão de ordem). Gostaria de saber a posição da Mesa com relação a um requerimento meu, que está para ser votado, convidando o Secretário de Estado da Segurança para que amanhã, às 10 horas, venha à Comissão de Segurança.

Como fica a situação desse requerimento, não poderá ser votado?

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Infelizmente Senhor Deputado, não há número para ser deliberado o vosso requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 363/87, 381/87, 386/87, 06/88, 13/88, 25/88 e 35/88

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei de ns. 46/88 a 50/88 e 55/88

e dos Projetos de Resolução de ns. 04/88 a 15/88

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 156/87, 43/88

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei de ns. 46/88 a 50/88 e 55/88

e dos Projetos de Resolução de ns. 04/88 a 15/88

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 156/87, 43/88

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 27/88 a 36/88

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 17 DE ABRIL DE 1988.

"PDT, O PARTIDO DE SETE NOVOS FILIADOS POR DIA"

COM UM MILHÃO DE FILIADOS, O PARTIDO DE LEONEL BRIZOLA SE PREPARA PARA AS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO, TORCENDO POR DIRETAS.

Qualquer partido que pretenda eleger o futuro Presidente da República não pode ficar contando apenas com a vantagem de ter um ótimo candidato, vitorioso nas pesquisas e de forte apelo popular. Na hora de transformar tais prognósticos em votos, é preciso ter também uma boa estrutura em todo o País, capaz de dar sustentação ao candidato escolhido, seja ele qual for. Um candidato forte é o que não falta ao Partido Democrático Trabalhista-(PDT) que faz exatamente de seu nome principal, a razão de existir. Com Leonel Brizola, o PDT segue em frente na direção de Brasília e vai aos poucos se espalhando por todo o País. E aí que a realidade dos fatos acaba sur-

preendendo muita gente acostumada a considerar apenas o PMDB como proprietário de uma máquina partidária capaz de vencer as eleições presidenciais.

De acordo com pesquisas feitas pela própria Justiça Eleitoral o PDT tem hoje uma estrutura que atinge pelo menos 82% do eleitorado nacional e de cada dez novas filiações registradas, o partido de Brizola fica com a reveladora fatia de sete novos quadros. Com relação aos cargos e mandatos que tem hoje, além de um número expressivo de vereadores (pode passar de dois mil em todo o Brasil), o PDT contabiliza ainda 24 Deputados Federais, 67 Deputados Estaduais, e 2 Senadores. Mas a parte que certamente já começa a tirar o sono de muitas lideranças dos demais partidos é a avalanche de adesões que o PDT vem conseguindo todos os dias aumentando vertiginosamente o seu número de filiados que segundo a cúpula já passou de um milhão.

Com todos esses números, e ganhando também no desgaste do PMDB e PFL, o Partido Democrático Trabalhista vai se tornando realmente viável e disputando com o Partidos Trabalhadores a preferência de uma população que carrega uma mistura de raiva e decepção com os tradicionais partidos. Essa preferência chega inclusive a render frutos dentro da classe média, apontada pelas "elites dirigentes", como avessa ao "esquerdismo", que insiste em manter-se junto ao PDT-PT.

Capitais:

Diante desse quadro não é hora de se considerar pretensiosa a disposição do PDT, que parte acreditando ter amplas condições de vencer as eleições para as prefeituras de Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luiz. Em matéria de capitais, o "calo" do PDT continua sendo São Paulo, onde o partido cresce mas não com a força que lhe é necessária no maior colégio eleitoral do Brasil e decisivo em futuras disputas como sempre o foi. Junte-se aí também possíveis surpresas em outras cidades, por conta do imponderável que já deixou marcas recentemente em vários lugares em que tudo o que foi previsto não se confirmou.

"Se depender da vontade das lideranças do PDT gaúcho, o furacão Brizola vai literalmente varrer o Estado", afirma o presidente do Partido no Rio Grande do Sul, Sereno Chaise. Segundo ele, além de dar a vitória esmagadora a Brizola, o PDT ainda conquistará o poder em cerca de 200 municípios gaúchos, não esquecendo para isso de manter viva a imagem de legenda trabalhista, antes de Getúlio, agora de Brizola.

No Distrito Federal, o PDT é hoje um Partido com 70 mil filiados e um senador

que, sozinho, tem mais prestígio que a sigla partidária. O nome dele é Maurício Correa que certamente significa a única chance real de vitória no primeiro pleito que Brasília verá. Curiosamente, o PDT poderá ter na eleição para Governador do Distrito Federal um adversário também da chamada ala esquerda. O Deputado Federal Augusto Carvalho, do PCB.

"Governo de uma obra só".

Mesmo diante da derrota que sofreu nas últimas eleições para a aliança de centro-direita que se formou em torno do Governador Moreira Franco, o PDT continua mantendo o Rio de Janeiro com sua base de operações. Vivendo agora sem o Prefeito Saturnino Braga e tendo que ouvir que a "administração Brizola no Rio foi o governo de uma obra só". (Cieps), o PDT ainda assim mantém seu espaço e chega a conseguir votos entre a classe média. Tudo vai ser testado na sucessão de Saturnino Braga, quando o PDT deverá sair com o nome de Marcelo Alencar na expectativa de confirmar a força entre o eleitorado do Rio de Janeiro garantindo a sustentação mais do

que necessária ao salto maior de Leonel Brizola na direção da Presidência da República.

"Lerner de novo".

Não existe a menor dúvida de que o nome capaz de dar ao partido Democrático Trabalhista a vitória em Curitiba, é o do ex-Prefeito Jaime Lerner, candidato não declarado e favorito nas pesquisas. Definindo que só deverá fazer coligações com o PT e PL, o PDT, pode até não abrir o jogo por enquanto, deixando principalmente o PMDB na desgostosa expectativa de ter pela frente mais uma vez Jaime Lerner como adversário.

Enfim, aí está o PDT, que nasceu com esse nome porque Leonel Brizola perdeu a tão sonhada sigla do PTB para Ivete Vargas tempos atrás. Procurando de estruturar em todo o Brasil, ganhando filiados todos os dias, faturando nas costas da incompetência dos governos e dos principais partidos, o PDT caminha hoje com reais chances de crescimento e vitórias. Tudo absolutamente em nome de Leonel Brizola, o verdadeiro nome do PDT. (PR/Anda).